

POBREZA

Para dois milhões de portugueses a vida não está melhor



CSCR CARREGOSA,
OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Aposta na requalificação da casa-sede

CSP MINDELO, VILA DO CONDE

Arrumar as contas para assegurar o futuro



CSP S. PEDRO CASTELÕES,
VALE DE CAMBRA

Lar fecharia o ciclo de respostas sociais

PADRE LINO MAIA REELEITO PARA A PRESIDÊNCIA DA CNIS

Director Padre Lino Maia
Director-Adjunto Eleutério Alves



Mensal | Fevereiro 2015 | Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 190



A força da comunhão

Relatório de atividades de Janeiro

No dia 7 de Janeiro de 2015, reuniu no Porto a Direção da CNIS. Entre outros assuntos, a Direção deliberou, por unanimidade, apresentar no próximo dia 31 de Janeiro uma lista institucional; Tomou conhecimento dos documentos “Acolhimento de Crianças e Jovens” tendentes à revisão da Lei nº 147/1999 de 1 de Setembro.

No dia 7 de Janeiro, no auditório do edifício novo da Assembleia da República o SICAD procedeu à Sessão de Apresentação do Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências, que poderá ser consultado em: www.sicad.pt

No dia 7 de Janeiro teve lugar no auditório da Assembleia da República a apresentação do Plano do FNAS-Fórum Nacional Álcool e Saúde. Depois da apresentação do referido Plano que diz respeito ao período de 2013/2016, seguiu-se o debate público dividido em dois tempos: um primeiro para interpelação aos Senhores deputados e outro para os convidados presentes, entre eles o representante da CNIS, Nuno Rodrigues. Foi um debate bastante proveitoso e que obteve por parte dos diretores do SICAD e do Observatório Europeu das Drogas e Toxicodependências as respostas julgadas pertinentes.

No dia 8 de Janeiro, José Casaleiro em representação da CNIS, foi um dos convidados presentes na cerimónia de inauguração das novas instalações da AMORAMA – Associação de Pais e Amigos de Deficientes Profundos. A associação presta atualmente apoio a 142 utentes, nas valências de Centro de Atividades Ocupacionais (28), Serviço de Apoio Domiciliário (92) e Lar Residencial (22), sendo que o novo edifício poderá permitir o aumento neste apoio para 188 utentes, além de criar 12 novos postos de trabalho, aliados aos 48 já existentes. A obra, cujo custo total foi de 2 milhões de euros, teve ainda o apoio do POPH – Programa Potencial Humano da Segurança Social e contou igualmente com fundos próprios da AMORAMA.

No dia 8 de Janeiro, decorreu uma reunião na sede do SICAD, presidida pelo Dr. Manuel Cardoso e o Dr. Raul Melo, e com os representantes da CNIS (Nuno Rodrigues),

da Direção Geral da Segurança Rodoviária da Direção Geral da Educação Especial e da ANMP. Estas quatro entidades são as proponentes da criação de um Prémio FNAS, que será bienal e irá distinguir projetos que relevem valores importantes, que acrescentem qualidade à luta pelo retrocesso dos consumos lícitos e ilícitos de substâncias aditivas. Discutiu-se ainda o regulamento e objetivos desta experiência piloto, a forma de divulgação e os próximos passos a dar.

No dia 8 de Janeiro, a A2000 festejou a aprovação do Pedido de Alteração ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH) – Tipologia 6.2, significando o alargamento da formação profissional ao concelho de Tabuão e o substancial aumento do número de formandos abrangidos (que passa de 90 para 150) nos restantes concelhos onde opera (Santa Marta de Penaguião, Resende, Baião, Chaves e Montalegre), conforme a competente notificação recebida no dia 5 de Janeiro.

No dia 11 Janeiro, tomaram posse os novos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, liderada por Alfredo Castanheira Pinto. A CNIS fez-se representar pelo seu presidente.

No dia 13 de Janeiro, realizou-se em Lisboa, uma reunião de trabalho para análise e discussão dos conteúdos para a Jornada de esclarecimento do dia 15 de janeiro e discussão da metodologia a empregar na execução do plano de trabalhos do Compromisso de Cooperação, que contou com os contributos dos representantes da CNIS, na pessoa de José Casaleiro, Filomena Bordalo e Henrique Rodrigues.

No dia 15 de Janeiro, em Xabregas, decorreu um Encontro com todos os diretores dos CDSS e técnicos superiores da Segurança Social, que tinha como objetivo a aplicação e uniformização do Compromisso de Cooperação para 2015-2016, assim como das Circulares nºs 4 e 5. A CNIS fez-se representar por Lino Maia e João Carlos Dias.

No dia 15 de Janeiro, realizou-se a tomada de Posse dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2015-2018 da Obra de Socorro Familiar-Abrigo de S. José no Fundão.

No dia 15 de Janeiro, o Conselho de Ministros aprovou o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio das funções sociais da educação, saúde, segurança social e cultura. São concretizadas as regras a que deve obedecer a contratualização entre o Estado e os municípios e as entidades intermunicipais e são também identificadas as competências delegáveis nos referidos domínios sociais. Esta contratualização será aplicada de forma gradual e faseada, através de projetos-piloto, os quais irão envolver a transferência dos recursos necessários para as entidades locais e um processo transparente de acompanhamento e monitorização.

No dia 16 Janeiro, a Fundação Luiza Andaluz, com sede em Santarém, deu início às atividades da comemoração do seu 90º Aniversário.

No dia 20 de Janeiro, em Macedo de Cavaleiros, tomaram posse os novos corpos sociais da UIPSS-Bragança.

No dia 20 de Janeiro, integrado na Garantia Jovem foi lançado pelo IEFP o Programa Investe Jovem destinado aos jovens entre os 18 e os 30 anos, inscritos como desempregados, com projetos e ideias de negócio e formação adequada para a sua concretização. Para mais informações sobre as condições de candidatura e acesso ao Programa deve ser consultado o regulamento específico e informação de síntese sobre o programa, no portal do IEFP www.iefp.pt. Qualquer esclarecimento adicional é facultado nos centros de emprego e formação profissional do IEFP, através do centro de contacto (tel: 808200670), ou ainda, via e-mail para o endereço [iefp.info\(@\)iefp.pt](mailto:iefp.info(@)iefp.pt).

No dia 23 de Janeiro, Lúcia Saraiva participou como representante da CNIS na reunião do Plenário da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, onde foi abordado, entre outros temas, o Encontro a realizar no dia 12 de Fevereiro, a formação de professores e forças policiais e o encontro sobre liderança nas Comissões de Proteção.

No dia 24 de Janeiro, no Complexo de Gualtar, o representante da CNIS (Joaquim Vale) assistiu à sessão de Tomada de Posse

dos novos Órgãos Sociais da APPACDM-Braga para o triénio 2015/2017.

No dia 27 e Janeiro, pelas 15h30, Filomena Bordalo em representação da CNIS, foi uma das oradoras na palestra sobre a 3ª idade, inserida nas atividades das comemorações dos 25 anos da Associação de Convívio para Idosos Reformados e Pensionistas da Alameda do Cedro.

No dia 27 de Janeiro, e seguinte, a UDIPSS-Santarém realizou a terceira ação sobre “Avaliação de Desempenho” que contou com 26 formandos.

No dia 28 de Janeiro, na presença do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, decorreu a cerimónia de inauguração da ERPI, descerramento de Placa e Benção das Instalações da Casa do Povo de Alvalade.

No dia 29 de Janeiro, a APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial levou a efeito um Seminário cujo tema foi “FUTURO: CAMINHOS DE COOPERAÇÃO”, incluído na 9ª Semana da Responsabilidade Social, que teve lugar em Torres Vedras, em que foram tratados os seguintes subtemas: Normalização em Responsabilidade Social: ISO 26000 e NP 4469; Certificação em Responsabilidade Social: Motivações, Desafios e Boas Práticas em Responsabilidade Social; Conciliação entre Vida Profissional, Familiar e Pessoal - Boas Práticas em Conciliação; Ser Cidadão Responsável. A CNIS esteve representada na pessoa de Eduardo Mourinha.

No dia 30 de Janeiro, a Associação Cultural e Recreativa de Fornelos promoveu uma Gala Comemorativa dos seus 25 anos que teve lugar no Cine Teatro de Fafe. Joaquim Vale em representação da CNIS associou-se a este momento tão importante na vida da Instituição.

No dia 31 de Janeiro, a Associação Coral Ares Novos apresentou o concerto VOO DE PAIXÕES 2015, numa Gala de Ópera com os solistas Ariana Russo, Pedro Cachado e André Henriques. Este concerto contou com o apoio da Fundação CEBI e parte das receitas reverteram a favor do seu Centro de Emergência Social, que acolhe crianças em perigo até aos 12 anos de idade.



E siga-nos também em:
www.solidariedade.pt

facebook



www.facebook.com/jornal.solidariedade

A força da comunhão

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



1. Sob o lema “força da comunhão” decorreu no dia 31 de janeiro o ato eleitoral para os novos órgãos sociais da CNIS, para o quadriénio 2015-2018, ato a que se seguiu a respetiva tomada de posse.

Quando o setor solidário está credível e firmado, quando tem uma expressão e uma visibilidade que representam a realidade das Instituições, do muito que muita gente faz bem por esse país, quando há muitas frentes para combater, consensualizou-se a ideia de que não seria bom para ninguém que houvesse disputas ou querelas pelo que era importante que houvesse uma só candidatura.

Assim aconteceu. Processo bem desenvolvido e bem encerrado.

Agora há um programa de “comunhão” a realizar com “força”...



2. Preocupações, que já vêm de trás no plano externo e que a “comunhão” permite encarar com mais “força”, são as da revisão do estatuto do Voluntariado e a necessidade de a CNIS estabelecer uma maior representação e participação nas organizações internacionais definidoras das políticas sociais, com o objetivo de publicitar o modelo solidário português e de importar outras experiências.

Mas há mais frentes.

Uma das prioridades do programa Portugal 2020 privilegiará as ações tendo como destinatários jovens em situação de desfavorecimento, com abandono precoce da escola, desempregados ou à procura de primeiro emprego. Tendo em conta a recente vinculação, traduzida no Compromisso de Cooperação, a CNIS negociará com “força” com departamentos governamentais das áreas da Educação, do Emprego e da Formação Profissional programas que permitam potencializar a inserção das franjas sociais mais desprotegidas, nomeadamente a juventude,

através de uma ação concertada, que permita uma efetiva escolaridade e preparação profissional, contribuindo assim para a inclusão e para a erradicação da potencial marginalidade.

A “comunhão” enfrentará, também e com “força”, uma das vinculações constantes do Compromisso de Cooperação e que consiste na revisão do regime jurídico da cooperação, no sentido da elaboração de uma verdadeira Lei de Bases da Cooperação, que estabilize de forma duradoura as modalidades de apoio financeiro no âmbito da cooperação entre o Estado e as Instituições Solidárias, nos termos da Constituição.

A CNIS tem a noção da importância da sua participação no processo legislativo e sabe da credibilidade que merece a manifestação das suas posições. É hoje um parceiro com uma voz forte, respeitada e credível, quer na sua relação com os poderes públicos, quer no que respeita à sociedade em geral. Por isso mesmo, no plano externo, a CNIS propõe-se ainda dar mais “força” à “comunhão” de todo o

Setor e também levar a cabo uma iniciativa federadora das suas organizações representativas, através da criação de uma Plataforma do Sector Solidário.

3. Cumprida a promessa de a sede da CNIS passar a dispor de instalações próprias, permitindo a concentração dos serviços, a “comunhão” interna passará pela sua reorganização, adequando-a segundo um princípio de especialização correspondente à diversidade de departamentos públicos parceiros do processo de cooperação, processo que será acompanhado simultaneamente de soluções organizativas que reforcem a coesão entre o nível das Instituições de base, o das União e Federações e o da Confederação

A “comunhão” também fará prestar especial atenção às difíceis condições em que muitas instituições desenvolvem a sua ação, para o que se procurarão caminhos de sustentabilidade que visem a justiça social, garantindo que as mais deficitárias sejam objeto de um real apoio por parte do Estado.

Pretende-se, ainda “reforçar” o trabalho formativo que se vem realizando, procurando alargá-lo a um número cada vez mais amplo de associadas. Esta habilitação de dirigentes e técnicos que o Projeto FAS tem proporcionado, permitirá um mais amplo aproveitamento das possibilidades do Quadro Comunitário de Apoio, nomeadamente nas medidas portadoras de inovação social. O mesmo se diga do Acordo com o IEFP, que tem contribuído, ao longo dos anos, através de uma estrutura técnico-administrativa, para a coordenação, informação e acompanhamento das associadas da CNIS no âmbito das suas atividades que envolvam medidas ativas de emprego e inserção de públicos em especial desvantagem face ao mercado de trabalho.

A CNIS deverá manter a orientação de, quer em sede de negociação da contratação coletiva, quer em sede de negociação das condições da cooperação, promover as condições e pressupostos que deem “força” à progressiva equiparação do estatuto retributivo de ambas as tabelas, em situações de paralelismo habilitacional ou funcional, sem colocar em causa a sustentabilidade das Instituições.

A CNIS, e de um modo geral as Instituições solidárias, beneficiam com justiça de uma imagem pública associada a valores positivos: a solidariedade, a proximidade, a competência, o rigor, a atenção primordial aos mais desfavorecidos. Porém, e com frequência, por má informação ou por pressa, ocorre a comunicação social relatar situações que afetam negativa, mas injustificadamente, a imagem de Instituições, ou do Sector em geral. A CNIS procurará dar “força” à capacidade informativa para que oportunamente e de forma expedita seja mantida a “comunhão” e reposta a “força” da verdade das situações com a defesa do bom nome das suas associadas.

Ficha Técnica

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 **Fax:** 22 600 17 74 -

e-mail: jornal.solidariedade@gmail.com **Director:** Padre Lino Maia

Editor: V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira, Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José da Silva, Padre José Maia e José Figueiredo

Paginação: Carmo Oliveira - **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

Deduções à coleta de despesas de educação



1 - Tem sido colocada à CNIS, por diversas associadas, a questão de saber como compatibilizar o regime de isenção de emissão de factura-recibo, de que beneficiam as IPSS, relativamente às prestações de serviços no que concerne às suas actividades de solidariedade, com as alterações introduzidas no Código do IRS pela Lei nº 82-E/2014, de 31 de Dezembro, que confere aos particulares a possibilidade de dedução à colecta do referido imposto, no que se refere às despesas com educação, desde que o prestador de serviços tenha comunicado à Autoridade Tributária o valor correspondente à referida prestação de serviços.

2 - O estado da questão é o seguinte:

O Decreto-Lei nº 198/2012, de 24 de Agosto, que veio estabelecer a obrigação de comunicação à Autoridade Tributária, por via electrónica, das facturas-recibo emitidas pelas entidades prestadoras de serviços relativamente a operações sujeitas a IVA, não inclui as IPSS no elenco das entidades vinculadas ao cumprimento de tal obrigação, na medida em que as prestações de serviços levadas a cabo pelas IPSS são, no essencial, isentas de tributação em IVA.

A questão da interpretação do regime jurídico constante do artº 3º desse diploma foi oportunamente suscitada pela CNIS junto da AT, tendo o entendimento desta sido no sentido da isenção de tal obrigação por parte das IPSS.

Tal disposição foi alterada pelo artº 232º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro – Lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2014 -, mas tal alteração não modificou o âmbito das operações sujeitas à obrigação de comunicação através da facturação

electrónica: apenas as operações sujeitas a IVA estão abrangidas.

3 – Tal significa que se mantém o regime de dispensa das IPSS quanto à emissão de factura-recibo e sua comunicação electrónica à AT, uma vez que, nem a Lei nº 82-B/2014 – que aprovou o Orçamento de Estado para 2014 -, nem a Lei nº 82-A/2014, de 31 de Dezembro – que aprovou a reforma do IRS – alteraram o referido regime de isenção.

4 – Por sua vez, a Lei nº 82-E/2014, que alterou o Código do IRS, veio configurar um novo regime de deduções à colecta de IRS: nomeadamente, no que aqui importa, estabelecer, no que respeita às despesas com educação – actual artº 78º, d), anterior artº 78º, c) do Código do IRS – que as deduções relativas às mesmas “só podem ser realizadas se constarem de documentos comunicados pelos emitentes à Autoridade Tributária e Aduaneira, com identificação do sujeito passivo ou do membro do agregado a que se reportam” - artº 78º, 1., 6., b) do Código do IRS, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 82-E/2014.

No entanto, esta disposição, na sua nova versão, mantém a distinção entre operações tituladas por factura-recibo, sujeita a comunicação electrónica, e operações realizadas por “fornecedor dos bens ou prestador dos serviços (que) esteja dispensado daquelas obrigações.” – artº 78º, 1, 6., b), ii) do Código do IRS.

É o caso das IPSS.

Em suma: nenhuma das alterações legislativas introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2014 – Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro -, ou pela

Lei de Revisão do Código do IRS – Lei nº 82-E/2014, de 31 de Dezembro – representa para as IPSS alteração do regime actualmente em vigor quanto à emissão de facturas ou da sua transmissão electrónica à AT.

5 – Haverá, no entanto, um novo procedimento a levar a cabo perante a mesma AT.

Com efeito, o artº 78º-D do Código do IRS, aditado pela Lei nº 82-E/2014, relativo aos procedimentos atinentes à dedução à colecta das despesas com educação, estabelece, pelos seus nsº 5 e 6, que as “entidades a que se refere a subalínea ii) da alínea b) do nº 6 do artigo 78º” “comunicam à Autoridade Tributária e Aduaneira o valor” “das prestações de serviços e transmissão de bens” por si efectuadas e que sejam “considerados dedutíveis nos termos” do referido artº 78º-D.

Tal comunicação será levada a cabo “mediante a entrega de declaração de modelo oficial, a aprovar por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, até ao final do mês de janeiro do ano seguinte àquele em que ocorreu o respectivo pagamento”, como consta do mesmo artº 78º-D, 5.

Isto é, e em conclusão: no que respeita às prestações de serviços realizadas pelas Instituições, no ano de 2015, no que concerne às suas finalidades estatutárias de solidariedade social, que relevem do âmbito da educação, e para efeitos de dedução à colecta do IRS por parte dos adquirentes de tais serviços, as Instituições virão a ter de, até 31 de janeiro de 2016, comunicar à AT os montantes individualizados de tais

prestações de serviços, em modelo que virá a ser publicado em Portaria.

6 – Há um outro ponto que, a este propósito, tem levantado dúvidas:

Trata-se de saber se as despesas com a frequência da resposta social de creche cabem no conceito de despesas de educação, para os efeitos da correspondente dedução à colecta.

A posição da CNIS, em termos de princípios, é a de que, se não cabem, deviam caber.

Mas as posições sobre o tema são divergentes.

Por exemplo, a agência “Price and Waterhouse Coopers”, em texto explicativo da Reforma do IRS, considera caberem no conceito de “despesas de educação, os encargos com o pagamento de creches, jardins-de-infância, lactários, escolas, estabelecimentos de ensino e outros serviços de educação ...”

Outros, no entanto, consideram que, a esta perspectiva intrínseca, se opõe a perspectiva formal decorrente do CAE respectivo.

Para este entendimento, o CAE correspondente à creche seria o CAE 88910 – que não corresponderia ao Sector de Actividade a que se refere a Secção P, Classe 85, para que remete o já referido artº 78º-D do Código do IRS.

Trata-se de uma matéria que não tem que ver com os deveres das Instituições, que poderão, ou não, em janeiro de 2016, remeter ao fisco a informação relativa às creches.

No entanto, a CNIS irá, sobre este ponto, requerer à AT a formulação de uma interpretação vinculativa, da qual dará oportunamente conta às associadas.

FAS3

Avaliação externa realça resultados muito positivos



A avaliação externa do Projeto FAS3, realizada pela Quaternaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento SA, está concluída. Dos dados de execução física registada no SIIFSE (Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu) destaca-se o facto do FAZ ter abrangido 81 IPSS (38 Norte, 27 Centro e 2 do Algarve).

Em cada uma das IPSS beneficiárias do projeto estava prevista a realização de cerca de 200 horas de formação-ação, 80 horas de consultoria individualizada e ainda a participação de 3 a 5 dirigentes por instituição, num total de 335 participantes nos 11 "Cursos de Gestão para Dirigentes", com a duração de 60 horas e ministrado pela Universidade Católica do Porto.

Participaram no FAS3 6490 pessoas. Como algumas delas frequentaram mais do que uma ação de formação, o número de formandos atingiu os 9139. O público-alvo aprovado em candidatura foi de 1553, por isso as taxas de execução foram de 418 por cento e 588 por cento.

1694 dirigentes, cerca de 26 por cento dos participantes, representam um dos pontos muito positivos do projeto e diferenciador face às edições anteriores.

As taxas de execução das "Ações Concluídas" foi de 638 por cento; a do "Volume de Formação" foi de 110 por cento. No que respeita às horas de formação a taxa de execução foi de 98 por cento.

A avaliação completa está disponível em www.cnis.pt

UDIPSS-SETÚBAL

Eleição e tomada de posse dos Órgãos Sociais

No dia 28 de Janeiro, decorreu a o ato eleitoral, seguido da tomada de posse, para eleição dos órgãos Sociais da UDIPSS-Setúbal. A única lista apresentada a sufrágio, foi eleita com 65% dos votos válidos num total de 50 IPSS votantes. Para o quadriénio 2015-2018, ficam assim constituídos os Órgãos Sociais da UDIPSS:

Mesa Assembleia Geral - Presidente: Carlos Taleço - Fundação COI, Palmela; **1.º Secretário:** José Gaspar - NOS, Moita; **2.º Secretário:** Manuel Pires - CAPA, Seixal; **1.º suplente:** João António Ribeiros - Associação URPI Corroios, Seixal; **2.º Suplente:** José Moutela - Alma Alentejana, Almada; **3.º Suplente:** Luís Martins da Silva - Casa do Povo de Alvalade, Santiago do Cacém

Direcção - Presidente: Fernando Sousa - ARIFA, Seixal; **Vice-Presidente:**

Florival Cardoso - JI "O Sonho", Setúbal; **Tesoureiro:** Carlos Rosado - Centro Social Sto. António, Barreiro; **Secretário:** Elísio Barros - Centro Jovem Tejo, Barreiro; **Vogal:** Guilherme Bettencourt - Centro Social de Palmela, Palmela; **2.º suplente:** Miguel Jorge Santos-Centro Reformados e Idosos Baixa da Banheira, Moita; **2.º suplente:** Alpendre Sousa - Centro Social de Quinta Anjo, Palmela

Conselho Fiscal - Presidente: António Brás - Cáritas de Sines, Sines; **1.º Vogal:** Veríssimo Marçano - AURPICAS, Alcácer do Sal; **2.º Vogal:** Pastor José Salvador - Fundação Robert Kalley, Palmela; **1.º Suplente:** José Oliveira Machado - CASCUZ, Sesimbra; **2.º Suplente:** Paula Martinez - Questão Equilíbrio, Setúbal; **3.º Suplente:** Carla Alexandre Pinheiro Garra - Persona, Barreiro

VOLUNTARIADO

Confederação Portuguesa assinala oito anos



A Confederação Portuguesa do Voluntariado celebrou o 8.º aniversário da sua fundação, no dia 19 de Janeiro, numa cerimónia que contou com a presença de cerca de 60 pessoas, entre representantes das organizações confederadas e personalidades convidadas para o efeito. Durante a sessão comemorativa foi apresentado brevemente o plano de atividades da CPV para 2015 e o Conselho Consultivo do Voluntariado, estrutura recentemente criada pela Confederação que prossegue os seguintes objetivos: Contribuir para a preservação e atualização da

identidade do voluntariado, através da reflexão e debate sistemático desta realidade; Contribuir para a intensificação do papel do voluntariado na sociedade portuguesa; Evidenciar o contributo do voluntariado e dos voluntários para o desenvolvimento da cidadania; Dar visibilidade à reflexão nacional em termos de voluntariado; Realçar as boas práticas de voluntariado no âmbito nacional; Discutir e produzir notas de opinião sobre os temas da sociedade civil que envolvem e cruzam as dinâmicas de voluntariado; Elaborar recomendações e orientações para a ação da CPV.

UDIPSS-PORTALEGRE

Corpos gerentes empossados

A cerimónia de tomada de posse dos órgãos sociais da UDIPSS-Portalegre, eleitos no passado dia 20 de Novembro de 2014, realizou-se no dia 22 de Janeiro. Os órgãos sociais da UDIPSS-Portalegre ficam assim constituídos:

Assembleia Geral - Presidente: João Soares Palmeiro Novo, Fundação N.ª S.ª Esperança - Castelo de Vide; **1.º Secretário:** Jorge Felício Correia, Centro Social Bom Jesus de Esperança - Arronches; **2.º Secretário:** Felícia Lourenço Pires, Associação Sete Montes de S. Julião - S. Julião

Direcção - Presidente: Manuel Domingos Chagas, A. Amigos 3ª Idade Dos Fortios - Portalegre; **Vice-Presidente:** Leonel Nascimento, A. Beneficência

Amigos da Terrugem - Elvas; **Secretaria:** M.ª Manuela Sousa Queirós, Obra do Sagrado Coração de Maria - Portalegre; **Tesoureiro:** Florimundo Grilo, Associação Amigos 3ª Idade Dos Fortios - Portalegre; **Vogais:** Rogério Marques Narciso, Casa do Povo de Alagoa - Portalegre; Alfredo Marques Narciso, Amigos da Terceira Idade das Carreiras - Portalegre; Joaquim Belo, Lar da 3ª Idade N.ª S.ª Graça de Póvoa e Meadas - Castelo de Vide

Conselho Fiscal - Presidente: José Pataca Cacheirinha, A. Beneficência Amigos da Terrugem - Elvas; **Vogais:** Silvina de Fátima Azeitona, Associação Amigos 3ª Idade Dos Fortios - Portalegre; Manuel João Mimoso Valente, Associação dos Amigos de Vila Fernando - Elvas

POBREZA

Dois milhões de portugueses à beira do abismo

O risco de pobreza continuou a aumentar em Portugal em 2013, afetando já quase dois milhões de portugueses, de acordo com os dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Segundo os dados do INE, 19,5 por cento das pessoas estavam em risco de pobreza em 2013 face aos 18,7 por cento do ano anterior, apesar de ter existido um aumento dos apoios sociais às situações de doença e incapacidade, família ou desemprego.

As pensões de reforma e sobrevivência contribuíram para um decréscimo do risco de pobreza em 21,0 pontos percentuais, sendo que, segundo o INE, sem estas prestações e sem os apoios sociais 47,8% da população residente em Portugal estaria em risco de pobreza em 2013.

As estatísticas do INE assinalam ainda que, apesar de o aumento do risco de pobreza ter abrangido todos os grupos etários, foi maior nos casos dos menores de 18 anos, tendo passado de 24,4 por cento em 2012 para 25,6 por cento em 2013. “A presença das crianças num agregado familiar está associada ao aumento do risco de pobreza, sendo de 23,0 por cento para as famílias com crianças dependentes e de 15,8 por cento para as famílias sem crianças dependentes”, adianta o INE.

As famílias monoparentais e os agregados com três ou mais crianças foram os que registaram maiores taxas de risco de pobreza (38,4%), enquanto os agregados com três ou mais adultos e com crianças dependentes viram o seu risco de pobreza aumentar cinco pontos percentuais entre 2012 (23,8%) e 2013 (28,8%).

Os dados revelam ainda aumentos do risco de pobreza das pessoas com emprego (10,7%, mais 0,3 pontos percentuais face a 2012) e dos reformados (12,9%, mais 0,2 pontos percentuais face a 2012).

Em 2013, o risco de pobreza atingiu como maior impacto as mulheres, segundo o INE, apontando um risco de pobreza feminino de 20,0% face a 18,9% para os homens.

Entre os desempregados, o risco de pobreza atingiu os 40,5 por cento, consolidando-se a tendência de aumento que vinha desde 2010.

O fosso entre ricos e pobres voltou a acentuar-se, passando de 6,0 em 2012 para 6,2 em 2013. Os rendimentos dos 10 por cento da população com maiores recursos foi 11,1 vezes superior ao rendimento dos 10 por cento da população com menores recursos (10,7 em 2011 e 9,4 em 2010).

O inquérito do INE apresenta ainda dados provisórios relativos a 2014 sobre



à situação de privação material, adiantando que nesse ano 25,7% dos residentes em Portugal viviam em privação material e 10,6% em situação de privação material severa, dados semelhantes aos registados no ano anterior.

As famílias com crianças são às que mais frequentemente se encontram em privação material (26,3%) e em privação material severa (11,3%).

Entre a população em privação material e privação material severa, 55,5% das pessoas não conseguiam pagar uma semana de férias por ano fora de casa, 42,2% das pessoas não conseguiam assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada de cerca de 400 euros e 28,3% não tinham capacidade para manter a casa aquecida.

O INE analisou ainda a taxa de risco de pobreza ou exclusão social, que conjuga a taxa de risco de pobreza com a privação material severa e a intensidade laboral per capita muito reduzida (menos de 20 por cento do tempo de trabalho possível), concluindo que este atinge em 2014 mais de um quarto da população (27,5 por cento), valor idêntico aos registados em 2012 e em 2013.

REAÇÕES

O primeiro-ministro disse em Fátima que os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre o risco de pobreza são um “eco” do que o país passou, mas não a situação atual.

“A notícia divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística é um eco daquilo por que passámos, não é a situação que vivemos hoje, reporta àquilo que foi a circunstância que vivemos, nomeadamente em 2013 que foi, talvez, o ano mais difícil em que o reflexo de medidas muito duras tomadas ao longo do ano de 2012 acabaram por ter por consequência”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Discursando num almoço com os órgãos sociais da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), o chefe do Executivo referiu que nessa altura “muitos dos beneficiários, muitos dos utentes, das famílias que suportavam uma parte dos apoios que eram canalizados para estas instituições viram-se numa situação de maior vulnerabilidade também”.

“Foi indispensável, portanto, recorrer a muita criatividade, a muito trabalho de ampla generosidade destas instituições e, também, a um reforço de meios que o Estado teve de colocar à sua disposição para que pudéssemos ter preservado a coesão social”, declarou Passos Coelho.

Admitindo que “durante esses anos” houve “um risco de pobreza maior” e “setores sociais que ficaram mais pobres”, o primeiro-ministro realçou que o país conseguiu “passar por esse processo sem aumentar as clivagens, as assimetrias na forma como os rendimentos estão distribuídos”.

“Tivemos menos rendimentos todos, mas não tivemos mais dificuldades na forma como eles estavam distribuídos, tivemos até, em alguns aspetos, aqueles que tinham maiores rendimentos a dar um contributo maior do que aqueles que tinham menos”, assinalou Pedro Passos Coelho.

Para o chefe do Executivo, apesar de a “fase mais difícil” ter ficado ultrapassada, “ainda há riscos” que precisam de ser olhados “com muita atenção”.

“O facto de o pior ter passado não quer dizer que não haja pessoas que estejam hoje ainda muito carenciadas, famílias que passam por grande vulnerabilidade”, reconheceu Passos Coelho, apontando a “taxa de desemprego demasiado elevada” ou “pessoas que vivem em bolsas de pobreza que precisam da ação do Estado e da ação das instituições sociais”. O presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social

(CNIS), padre Lino Maia, disse não sentir que o pior já passou, considerando que o risco de pobreza se mantém. “O que noto é uma esperança maior no povo português, uma maior confiança”, afirmou Lino Maia. Segundo o responsável, os portugueses “conformaram-se a expiar culpas passadas”. “Sentia-se que a situação em que estávamos no país era muito má, porque nós tínhamos sido muito maus e tínhamos usado aquilo que não era nosso”, observou o sacerdote, para quem, “neste momento, parece respirar-se um outro ambiente e que é possível um futuro menos mau”.

Questionado se o risco de pobreza se mantém, o presidente da CNIS respondeu afirmativamente, referindo que, nesta matéria, “há dois elementos que são muito importantes”.

“Temos uma população jovem que emigrou ou não tem vez em Portugal e uma população idosa cada vez mais numerosa, porque há uma esperança de vida maior e, portanto, uma natalidade menor”, observou.

Para o responsável, “esta desarmonização intergeracional provoca necessidade de mais apoio e temos menos agentes para responder”.

“Não estou muito confiante que agora, com uma varinha mágica, vamos chegar a um momento melhor, agora estou confiante nisto, não vamos andar permanentemente a expiar culpas passadas, até porque o povo não tinha essa culpa. Se houve de facto problemas não foi propriamente o povo trabalhador o culpado”, sublinhou. O presidente da Cáritas Portuguesa, Eugénio Fonseca, insistiu na necessidade de um plano estratégico de luta contra a pobreza no país, defendendo o envolvimento de vários ministérios na sua concretização. “É urgente fazer-se alguma coisa e não é com medidas paliativas. É urgente um plano estratégico de luta contra a pobreza em Portugal que não pode estar só na praça de Londres [sede do ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social]”, disse aos jornalistas Eugénio Fonseca, em Fátima. Para o responsável, não é apenas o ministério tutelado por Pedro Mota Soares que “tem a responsabilidade da luta contra a pobreza”, mas também a Economia, a Educação, a Justiça e as Finanças.

“Portanto, todo este plano estratégico devia ser coordenado ao mais alto nível pelo gabinete do próprio senhor primeiro-ministro”, adiantou o presidente da Cáritas Portuguesa, defendendo neste processo “uma ligação de grande corresponsabilidade da sociedade civil”.

AÇORES

Rabo de Peixe bate recorde de beneficiários de RSI

A vila piscatória de Rabo de Peixe é a localidade dos Açores com mais beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), apoiando 2.429 pessoas, o que as autoridades locais atribuem ao aumento do desemprego e diminuição dos rendimentos na pesca.

Dados avançados pela Secretaria Regional da Solidariedade Social do Governo dos Açores indicam que em novembro de 2013 os Açores tinham 17.549 beneficiários de RSI e 17.516 no mesmo período do ano passado.

Os Açores são a terceira região do país com mais beneficiários em termos absolutos, depois dos distritos do Porto e Lisboa. No entanto, atendendo a que vivem nos Açores 2,5% da população do país, esta é a região com maior taxa de beneficiários.

Dentro dos Açores, São Miguel surge como a ilha com maior número de pessoas que recebem RSI, com 12.750

beneficiários, e o concelho de Ponta Delgada é aquele com mais habitantes a receber RSI (5.206). “Esta posição de S. Miguel é expectável uma vez que esta é também a ilha com mais habitantes (mais de metade da população do arquipélago, segundo os censos de 2011)”, realça fonte da secretaria.

Para o presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, Jaime Vieira, o desemprego que se tem vindo a acentuar, devido à crise na construção civil, e a perda de rendimentos na pesca constituem dois dos fatores que levam a uma maior número de beneficiários na vila piscatória, que fica no concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel.

“A atividade relacionada com a pesca está a entrar numa crise aliada também à crise que se faz sentir noutros ramos de atividade como a construção civil que provocou uma grande falta de empregos. Esta

conjuntura, aliada ao facto de sermos das maiores vilas em termos populacionais, faz com que também tenhamos a maior taxa de pessoas a candidatar-se ao RSI”, afirmou Jaime Vieira à Lusa.

Com cerca de 9.600 habitantes, Rabo de Peixe, elevada a vila em 25 de abril de 2004, tem cerca de 1.200 pessoas que trabalham na pesca e 96 embarcações.

O presidente da Junta de Freguesia, que tomou posse em 2014, disse que existem duas realidades distintas na vila piscatória.

“Há duas realidades nas pescas. Há os donos dos barcos que ainda conseguem viver com alguma tranquilidade, mas depois existem aqueles que só ganham quando vão para o mar. E são essas famílias que tiram rendimentos de 200 euros, que estão com muitas dificuldades”, sustentou, admitindo que devido ao desemprego, cada vez “mais pessoas procuram a junta” e

solicitam também ajuda alimentar.

O autarca defende por isso a necessidade de dotar as juntas de outro tipo de capacidade financeira que permitam respostas mais eficazes a tantas solicitações.

No seu entender, seria altura de pensar no sistema político administrativo das juntas e “dotar as mesmas de outras capacidades financeiras que permitam respostas imediatas” para as muitas famílias que as procuram.

“Era necessário que o sistema político administrativo das juntas ficasse menos dependente do Governo Regional e das câmaras”, defendeu Jaime Vieira.

O presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe sublinhou ainda a importância do RSI para os agregados familiares carenciados, a par do Fundo de Emergência Social criado pela Câmara Municipal da Ribeira Grande e que “tem sido uma grande ajuda às famílias”.



PAREDES

PSP faz visitas a idosos que vivem isolados

Agentes da Polícia Municipal de Paredes iniciaram visitas aos idosos que vivem nos pontos mais isolados do concelho para dar informações sobre segurança, numa ação preventiva contra furtos e outros incidentes.

“Pretende-se, acima de tudo, prevenir situações de risco, burla, mesmo de violência no caso de alguns incidentes que acontecem com os idosos, os quais, por natureza, estão mais isolados, fragilizados e debilitados fisicamente”, explicou a vereadora Hermínia Moreira.

A autarca falava aos jornalistas após a apresentação da ação “Paredes na Rota da Proteção do Idoso em Segurança”, junto de dezenas de idosos, que decorreu na freguesia de Aguiar de Sousa, a mais afastada da sede do concelho.

Na sessão, três agentes da Polícia Municipal deram conselhos aos idosos sobre os cuidados a tomar para prevenir incidentes, como tentativas de furtos ou serem enganados por pessoas com identidades falsas. Também foram deixados alguns desdobráveis com informações e contactos úteis.

O serviço vai afetar a totalidade dos 18 elementos que integram a Polícia Municipal, numa ação que pretende também ter um efeito dissuasor.



Para a vereadora Hermínia Moreira, nesta ação haverá a preocupação de “valorizar e privilegiar primeiro as pessoas que estão mais isoladas das respostas que poderão ser a solução para os seus problemas, em determinado momento de crise”.

Assinalando o simbolismo de a medida ter sido apresentada na freguesia mais afastada do centro de Paredes, a autarca prometeu que o projeto deve ser alargado a todo o concelho, “de forma faseada”. “Vamos dando um passo de cada vez, no intuito de o alargar a todo o território”, destacou.

O trabalho anunciado vai complementar, vincou ainda, o Serviço de Teleassistência que existe no concelho desde 2009 e que beneficia algumas dezenas de idosos que vivem sozinhos. “É uma resposta muito válida e um fator de segurança para os idosos e conforto para os seus familiares”, concluiu.

I ENCONTRO NACIONAL DAS IPSS

“Na defesa do Estado Social – Um Por Todos, Todos Por Um”

Representantes do setor social vão estar reunidos no I Encontro Nacional das Instituições de Solidariedade, nos dias 6 e 7 de março, na Sala do Arquivo do Centro de Congressos da Alfândega, no Porto. Este encontro, sob o tema “Na defesa do Estado Social – Um Por Todos, Todos Por Um” visa atrair a atenção dos responsáveis políticos para a importância do setor na proteção social, saúde, educação e desenvolvimento local, bem como a necessidade de garantir uma política coerente que assegure a estabilidade legislativa. Para o efeito, foram convidados todos

os partidos do arco parlamentar para participar e discutir um documento de trabalho que manifeste a disponibilidade para esta profunda reforma na área da despesa pública e para a criação de condições de sustentabilidade no Orçamento de Estado. O programa ainda provisório conta com as presenças de Aníbal Cavaco Silva, Assunção Esteves, Pedro Passos Coelho, António Costa, Paulo Portas, Jerónimo de Sousa e Catarina Martins, entre outros. O evento está a ser organizado pela UMP, pela Misericórdia do Porto, pela CNIS e pela União das Mutualidades. A inscrição é obrigatória e gratuita.

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MINDELO, VILA DO CONDE

Qualidade do serviço é fonte de atração

No penúltimo dia do ano de 1999, o padre Joaquim Ferreira, pároco de Mindelo, tinha “a barriga a doer porque não havia clientes” para o novo Centro Social e Paroquial que inaugurava na presença do ministro da Solidariedade, Ferro Rodrigues. Felizmente, tudo se resolveu e hoje a vida da instituição é também feita de listas de espera.

“Esta casa surgiu da necessidade em haver uma instituição de carácter social. Construímos uma igreja nova na praia e achámos conveniente fazer uma obra de cariz social. Comprámos o terreno e dedicámo-nos à construção”, recorda o pároco e presidente da instituição, acrescentando: “Não havia nada de ordem social e era necessária uma instituição para ajudar a resolver os problemas da infância à terceira idade. E tem-se visto e vê-se que esta é uma instituição bem necessária para colmatar os problemas que existem”.

Depois de algumas obras de melhoria e requalificação das instalações onde o Centro funciona, o grande propósito dos seus dirigentes é o saneamento das contas da instituição, para, então, abordar o futuro com outro à-vontade.

Este desiderato surge, porque com as obras realizadas o investimento foi grande e a situação financeira da instituição ficou desequilibrada.

“Temos que ter esta casa sustentável e enquanto eu cá estiver terá que o ser. É certo que nos metemos em obras muito grandes, porque o ON2 nos deu umas centenas de milhares de euros, mas nós também metemos alguns, porque isto foi uma remodelação muito grande e houve obras que não eram contempladas por esse programa”, refere o padre Ferreira, no que é acompanhado pela diretora-técnica Mafalda Figueiredo: “É que a ampliação da creche foi há dois anos, mas o Acordo de Cooperação (para mais 21 crianças) foi apenas há um ano”.

E como explica a responsável técnica, a intervenção não foi por questões estéticas, mas por necessidade: “Houve uma remodelação do espaço, criando-se mais salas e transformando-se o ATL em creche. Perante a procura que vínhamos registando na creche, a nossa valência mais procurada, assim transformámos o espaço do ATL em creche. Convém dizer que na altura fizemos ainda melhoramentos a nível da cozinha, no pré-escolar, mas dentro do edifício que já existia”.

A instituição surgiu com respostas para a infância e terceira idade, especificamente

creche e ATL e Centro de Dia e SAD. Mas, “por razões várias o ATL desapareceu numa altura em que havia conveniência que mudássemos de valência por parte da Segurança Social, então, depois veio o jardim-de-infância”, conta o pároco, que recorda um momento de dificuldade por que a instituição passou: “Há dois, três anos tivemos aqui uma situação muito difícil e o chão ia-nos fugindo, porque as despesas eram muitas, as obras custaram muito dinheiro, o Acordo de Cooperação não vinha, pois estivemos um ano com a nova creche sem acordo... Entretanto, recebemos uma herança e estamos a pagar as dívidas todas com ela. Depois de termos tudo a zero é que vamos conseguir saber se somos sustentáveis ou não, pois estamos já a lançar um estudo para o efeito. Para isso temos que pagar tudo o que devemos, como ao banco e a alguns de nós que emprestaram dinheiro à instituição”.

Apesar das dificuldades, o presidente da instituição acredita que as águas agitadas já passaram: “Esta instituição é sustentável e, com os protocolos que existem e a capacidade das pessoas que cá temos e suas mensalidades, parece-me que tornam a casa sustentável. Toda a gente manda funcionários embora, a própria Segurança Social está a mandar 700 embora, mas nós queremos ver se, não metendo mais ninguém, aguentamos o barco. Em cada mês temos que guardar cinco a sete mil euros para a manutenção futura e depois com o normal funcionamento da instituição manter a sustentabilidade da casa”.

Atualmente, o Centro de Mindelo acolhe 66 crianças em Creche (mais 10 do que o Acordo de Cooperação), 52 em Pré-escolar (mais oito), 30 idosos em Centro de Dia (mais cinco) e 30 em SAD (única valência que não tem mais utentes do que os contratualizados com a Segurança Social). Esta situação poderia acarretar dificuldades financeiras extra à instituição, mas, para já, tal não se verifica.

“Se pergunta se são os Acordos de Cooperação que mantêm a casa, digo-lhe que sim, e pela lógica têm que ser. Se o excedente de utentes face aos Acordos causa alguma dificuldade à instituição, digo-lhe que não, se bem que não se pode dar uma resposta definitiva a essa questão, porque cada ano letivo é diferente. As mensalidades divergem, o tipo de agregados familiares também e há essas oscilações”, começa por dizer Mafalda Figueiredo, explicando: “Agora, o que se tem conseguido, e que é normal nestas freguesias, é



estipular um excedente possível, ou seja, aceitamos apenas um número de utentes fora do Acordo que não influencie o resultado final. Por exemplo, os cinco utentes que temos a mais em Centro de Dia é o nosso limite. Há capacidades que não podem ser ultrapassadas e só em situações muito urgentes e de negligência é que ultrapassaríamos esses limites”.

Contudo, a instituição tem uma situação particular, pois tem mais utentes em Creche do que as vagas em Pré-escolar, o que exige dos responsáveis do Centro uma certa ginástica e criatividade para poderem responder satisfatoriamente aos anseios dos pais.

“O pré-escolar é uma situação atípica, porque como só temos duas salas, segundo o Acordo seriam 22 para cada sala, o número de crianças que escoia de creche é superior ao que suportamos nas salas e por isso temos excedente. E

este ano vai haver uma nova dificuldade, porque os meninos que saem de Creche são mais dos que os que conseguimos absorver, logo não conseguimos cumprir os 44 acordos”, revela a diretora-técnica, prosseguindo: “Por acaso em termos de mensalidades, a situação financeira da valência é positiva, mas há situações em que não conseguimos controlar com tanta facilidade de ano para ano. Esta situação com o alargamento da Creche desestabilizou um pouco o Pré-escolar, que pela lógica deveria ter mais uma sala. Até hoje temos conseguido cumprir com o nosso propósito com as pessoas que cá estão e nos escolhem. Este ano ainda temos que pensar numa solução... Ainda não temos o número definitivo de crianças que querem continuar, mas entre as que quererão ir para o público e algumas transferências que acabam sempre por acontecer, pode ser que o número se componha, porque é



muito complicado pedir a um pai que retire o filho porque não temos vaga, quando ele nos escolheu e já cá tem a criança. O que não quero é ter que escolher, porque todos os que cá estão é por opção”.

Para os responsáveis da instituição, a explicação é simples e passa pela qualidade do serviço, o que faz com que haja uma lista de espera para Creche. E esta argumentação ganha mais força quando nas proximidades da instituição abriu há dois anos um Centro Escolar.

“Há aqui esse dado novo que é a entrada em funcionamento de um jardim-de-infância público, há coisa de dois anos, e que é aqui a 200 metros. Inicialmente estava com medo que viesse esvaziar o nosso, pois está instalado num edifício novo, mas a verdade é que foram para lá dois meninos e passados dois dias estavam de volta. E não houve esvaziamento por causa da qualidade do serviço que aqui temos, porque eles lá não pagam”, assevera o padre Ferreira, que, no entanto, confessa: “Mas, sou sincero, estava com medo”.

Esta realidade é comprovada pela diretora-técnica: “As crianças que realmente se transferem, e num universo de 15 que é o que sai por ano, duas é o número das que ficam no Centro Escolar. No ano passado foi apenas uma... Na altura que abriu o Centro Escolar achámos que ia ser um problema e até nos sentimos aliviados por só termos as duas salas de Pré-escolar e não três, mas correu bem, não houve nenhuma situação delicada. Ou melhor, a situação delicada agora é, se calhar, ter que dizer a alguns pais que não há vaga”.

Para além da qualidade do serviço prestado, a situação geográfica da instituição é uma mais-valia.

“A grande procura que temos tem muito que ver com a nossa situação geográfica, pois estamos sediados quase à face da estrada e à face do Metro somos uma boa alternativa. Estamos muito bem localizados para os pais que trabalham e querem deixar

os seus filhos no trajeto e perto das vias de comunicação. Depois, aqui em Mindelo os centros escolares estão todos juntos, o que acaba por ser positivo para os pais. Há uma conjuntura geográfica que nos favorece”, sublinha Mafalda Figueiredo.

No entanto, e não negando a evidência geográfica, o pároco prefere destacar outra questão.

“Insisto que a qualidade do serviço é a nossa grande fonte de atração de crianças”, sublinha, no que é acompanhado pela responsável técnica: “Sim, não é apenas a situação geográfica que nos favorece, mas igualmente um bom trabalho que se vai fazendo. Por exemplo, temos muitos irmãos que passam por aqui, isto demonstra que os pais se fidelizam à instituição. E não há melhor publicidade que o boca a boca”.

E se a resposta em termos de infância está devidamente assegurada, no que toca à terceira idade, para os dirigentes da instituição o Centro de Dia e o SAD já não chega.

Nos tempos que correm, a instituição tem lista de espera para Centro de Dia, o que não se passa com o SAD, porque é uma valência muito rotativa. “Por norma são pessoas que estão acamadas e que vão falecendo, por isso é uma valência com maior oscilação de entradas e saídas, havendo assim uma maior capacidade de resposta da nossa parte”, refere Mafalda Figueiredo, constatando que o mesmo não se passa com a outra valência para a terceira idade: “O Centro de Dia é por fases. É raro o idoso vir para cá por vontade própria, normalmente é por necessidade. Aqui os utentes são maioritariamente da freguesia e por referências dadas. Atualmente estamos numa fase em que estamos cheios, tal como as outras instituições aqui em volta, mas há oscilações. Temos períodos, como o início do inverno ou no pico do calor, em que há mais procura e que também são alturas em que falecem mais”.

Quanto ao futuro, os dirigentes não se comprometem em demasia, porque as condições económicas não o permitem. Daí que



o padre Joaquim Ferreira defenda que “o grande projeto é pôr as contas todas direitinhas e, depois, com os pés bem assentes no chão pensar no que é preciso”, lembrando: “Estamos abertos para dar resposta a quem mais precisa e não a quem mais jeito nos dá”.

Apesar disso, é desejo da instituição alargar o SAD aos fins-de-semana, algo que já esteve para acontecer “mas o Governo falhou”. “Não nos vamos meter numa situação que vai sobrecarregar muito os utentes ou desequilibrar as contas da casa. Com

Acordo de Cooperação dava para avançarmos, assim não dá”, afirma o presidente.

No sentido de projetar a instituição foi criado o Grupo Folclórico Infantil do Centro Social e Paroquial de Mindelo, que mobiliza os pais e cria uma maior ligação com os pais e os antigos alunos da instituição. O grupo, que é constituído por funcionários, alunos e antigos alunos, pais e familiares e integra crianças a partir dos dois anos, envolve quase uma centena de pessoas.

VIOLENCIA DOMESTICA

Cerca de 290 agressores com pulseira eletrónica

Perto de 290 agressores em casos de violência doméstica tinham pulseira eletrónica, em dezembro de 2014, representando cerca de 40 por cento do total dos arguidos sujeitos a este sistema de vigilância, segundo dados da reinserção social.

A síntese estatística da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) indica também que os arguidos por violência doméstica, controlados através do sistema de pulseira eletrónica, aumentaram 37 por cento em dezembro de 2014, face ao mesmo mês de 2013.

Segundo a DGRSP, 288 arguidos por violência doméstica estavam sujeitos a vigilância com pulseira eletrónica a 31 de dezembro de 2014, enquanto, na mesma data de 2013, este sistema era usado por 210.

A síntese estatística da reinserção social indica igualmente que, em 31 de

dezembro do ano passado, 756 arguidos usavam pulseira eletrónica, representando a vigilância eletrónica em contexto de violência doméstica 38 por cento do total.

Os dados provisórios referem também que, em 2014, manteve-se a tendência de crescimento na aplicação de proibição de contactos no âmbito do crime de violência doméstica fiscalizados por vigilância eletrónica, sendo este recurso usado "predominantemente pelos tribunais em contexto de medida de coação".

Ao longo de 2014, a pulseira eletrónica foi aplicada a 313 agressores de violência doméstica e terminaram este regime 235.

Em 2014, a taxa de cumprimento "diminuiu ligeiramente face a 2013", embora a percentagem de incumprimento, de 4,26 por cento, possa ser "considerada baixa", sendo "demonstrativa de uma intervenção bem-sucedida", refere a síntese estatística.



A DGRSP diz ainda que, nos 10 casos revogados por incumprimento, sete ocorreram por violação da zona de exclusão, duas por incumprimento das regras

relativas ao manuseamento dos equipamentos, uma por estar indiciado por outro crime e em dois casos a segurança da vítima ficou comprometida.



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ECONOMIA SOCIAL



GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS

PROTOCOLO

Quando as instituições ganham novas plataformas e conhecimentos, ganhamos todos.



A F3M é o parceiro estratégico do Montepio Geral na oferta de software e soluções informáticas destinada a instituições da economia social, com condições de financiamento extremamente vantajosas.

Escolha a tecnologia certa para a sua atividade.





SOFTWARE F3M



FORMAÇÃO F3M . 2015

- Funcionalidades essenciais da Linha WinIPSS
- Iniciação ao MS Office: Excel, Word e PowerPoint
- Excel Avançado
- Curso Básico de Hardware
- Internet e Redes Sociais



ENTIDADE FORMADORA CERTIFICADA

- O OE 2015 e a Prestação de Contas 2014 nas ESNL
- Obrigações Contabilísticas e Fiscais das ESNL
- Revisão e alterações ao Código do Trabalho. O processamento de salários. Orçamento 2016
- Gestão de IPSS
- Programas de Apoio e Incentivos Nacionais e Comunitários para as IPSS
- Gestão da Qualidade nas IPSS
- A Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho
- Marketing e Comunicação nas IPSS
- Gestão de Stress e Desenvolvimento de Competências Profissionais

F3M Information Systems, S.A. | www.f3m.pt

HEAD OFFICE: Edifício F3M, Rua de Linhares, 4715-435 BRAGA | Tel. (+351) 253 250 300 | e-mail: contacto@f3m.pt

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

LISBON BRANCH: Rua Luis de Camões, n.º 133, 1.º C, 1300-357 LISBOA . Tel. (+351) 213 636 271 | e-mail: info@f3m.pt

+INFO. em www.f3m.pt



FÁTIMA

Primeiro-ministro presta homenagem a todos os dirigentes da CNIS

Por ocasião do VI Congresso Eleitoral da CNIS, o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, esteve presente num almoço em Fátima com os dirigentes, cessantes e eleitos, da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, presidentes das uniões distritais e federações. Foi uma forma do chefe de governo prestar homenagem a todos aqueles que se dedicam à causa da solidariedade em Portugal, onde estão registadas cerca de 5 mil instituições, e mais concretamente aos responsáveis dos órgãos sociais de mais de 2.850 IPSS que são filiadas da CNIS.

O líder da Confederação começou por dizer ao chefe do governo que durante o último mandato sentiu sempre a sua presença. “Há três anos que o governo anunciou uma coligação solidária com o setor solidário. Tem havido e há uma coligação coesa que conseguiu para o País coisas muito boas. O período de ajustamento foi difícil, mas se não se registaram grandes turbulências a este setor muito se deve. A coligação solidária com o governo funcionou.”

Lino Maia sublinhou a importância do Compromisso Para a Solidariedade, assinado em dezembro por quatro ministérios (Segurança Social, Saúde e Educação) com os parceiros sociais (Misericórdias, Mutualidades e CNIS), referindo que só foi possível porque Pedro Passos Coelho se envolveu pessoalmente para o êxito do

acordo.

Mas é possível aprofundar a relação. O padre Lino Maia defendeu a criação da Lei de Bases da Cooperação e pediu o empenho do governante nesta matéria. “Não é para dar mais meios a este setor, é para que se compreenda que este setor tem um público-alvo que são os mais carenciados a que só pode responder de facto se houver por parte do Estado de um assumir de obrigações, já que competências as tem”, referiu o sacerdote. Lino Maia explicou que “estas instituições prestam serviço público, estão a garantir que os direitos sociais sejam de facto cumpridos, fazem aquilo que o Estado tem que assegurar que seja feito”. “Como não temos a mira do lucro, temos sim a mira do serviço, bens imateriais, serviço público, bens públicos, temos de ter um regime fiscal compatível com isso”, argumentou o presidente da CNIS, garantindo que as instituições de solidariedade não estão à procura de benefícios, mas de clarificação.

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, não ignorou o apelo do presidente da CNIS e afirmou ser possível ainda nesta legislatura obter um compromisso para a criação da lei de bases da cooperação. “O grupo de trabalho para apresentar um primeiro resultado nesta matéria já foi constituído e deveremos até ao final deste primeiro semestre, até dia 30 de junho, ter resultados”, declarou Passos



Coelho, adiantando que “estas matérias têm de ser submetidas à Assembleia da República e têm de ser discutidas amplamente na sociedade portuguesa”, o chefe do Executivo reconheceu estar ao alcance do Governo “juntamente com todos os partidos políticos” no Parlamento “obter um compromisso para que esta matéria possa ficar resolvida ainda nesta legislatura”.

Passos Coelho enalteceu o trabalho que Lino Maia tem feito à frente da CNIS. “É correto realçar o devido valor daqueles que engrandecem as instituições. Já o fiz por diversas vezes. O padre Lino Maia tem sido um pilar relevante na forma

como as instituições têm conseguido cooperar com o Estado para bem de todos.”

O governante destacou ainda o “espírito de parceria com as instituições, cooperando numa base de mútuo respeito. Os parceiros têm que nos ajudar a fazer escolhas. O governo nunca terá falta de legitimidade para fazer escolhas mas deve ter em conta aquilo que são as orientações definidas pelas instituições de natureza social. É o que tem acontecido.”

Perante a plateia de dirigentes sociais o chefe do governo terminou a intervenção desejando para este novo mandato os maiores sucessos. “A felicidade de muitos portugueses depende de vós.”

SESSÃO DE ESCLARECIMENTO

IPSS tiram dúvidas sobre diploma fundador



Aproveitando o interregno no Congresso Eleitoral para apuramento da votação, decorreu uma sessão de esclarecimento sobre

a revisão do Decreto-lei nº 119/83 (agora Decreto-lei nº 172A/2014), que contou com os esclarecimentos, não apenas do assessor jurídico da CNIS, Henrique Rodrigues, mas também do presidente da CNIS, padre Lino Maia, e do secretário de Estado da Segurança Social, Agostinho Branquinho.

Os três responderam a várias questões emanadas da plateia, completamente cheia, que colocou diversas dúvidas sobre a aplicação das normas que integram o novo diploma, que entrou em vigor no passado dia 17 de novembro.

Henrique Rodrigues deu resposta a algumas das dúvidas que têm chegado à secretaria da CNIS, designadamente as que se prendem com a necessidade das IPSS alterarem os estatutos no prazo de um ano, a duração dos mandatos e as interpretações dúbias.

A presença do governante na sessão acabou por ser uma mais-valia, pois algumas situações expostas, acabaram a ser reportadas ao assessor do secretário de Estado, para averiguação.

A Direção anunciou que estão previstas



sessões de esclarecimento, num périplo pelo País, para melhor explicar aos dirigentes o novo enquadramento do Estatuto das IPSS.

ELEIÇÕES DA CNIS

A vitória do consenso e da solidariedade



Fátima. Seminário do Divino Verbo. 31 de janeiro de 2015. Uma eleição, uma lista. Resultado: Unidade, mas sem unanimismo. Foi assim mais um ato eleitoral na CNIS, desta feita em ambiente de grande serenidade e espírito de consenso, e que elegeu o padre Lino Maia para um quarto mandato à frente dos destinos da Confederação, agora, por força da nova legislação, de quatro anos.

“Fomos eleitos não para reinar, mas para servir”, disse, logo na abertura do discurso de tomada de posse, o reeleito presidente da CNIS.

A lista única candidata aos órgãos sociais da CNIS recolheu 229 votos dos 253 expressos nas urnas, enquanto 17 instituições votaram contra e outras seis se abstiveram, tendo sido ainda contabilizado um voto nulo.

“Lista única, tudo é pacífico, pelo que mais do que abstenção vejo isto como concordância”, começou por comentar a presidente da Mesa da Assembleia Geral, Manuela Mendonça, também ela reeleita para o cargo, sublinhando ainda: “E se a lista única tira graça às eleições, porque é interessantíssimo o debate, prova que as pessoas estão na solidariedade... por fora e por dentro. E o facto de haver apenas uma lista dá mais força à CNIS”.

Este ponto foi, aliás, o primeiro aspeto focado pelo presidente da CNIS no primeiro discurso do novo mandato. Congratulando-se por, “desta vez”, ter sido “possível consensualizar a ideia de que era importante que houvesse uma só candidatura”, pois “não seria bom para ninguém que houvesse disputas e querelas”, o padre Lino Maia deixou claro o compromisso que assume com a sua equipa para os próximos quatro anos: “Todos quantos tomamos agora posse

temos a responsabilidade de liderança e do serviço de comunhão para que, dando uma imagem consistente de unidade, de consenso, de harmonia, corporizemos uma vontade reforçada de participação de todos, fazendo confluir num concerto harmonioso, visando o bem comum, as principais vozes que têm marcado, nos últimos anos, o discurso de representação do Setor Solidário”.

Lembrando que, para as IPSS, “os bens são bem quando estão ao serviço do bem da pessoa toda e do maior número possível de pessoas, sem que ninguém fique para trás”, o presidente da CNIS usou palavras como inovação, qualidade, capacitação, estratégia e sustentabilidade para chamar a atenção para “os desafios cada vez mais complexos com que se confrontam as IPSS”.

A fechar, e na presença do ministro da Solidariedade, do Emprego e da Segurança Social, Pedro Mota Soares, e do secretário de Estado da Segurança Social, Agostinho Branquinho, entre muitos representantes de IPSS de todo o País, o (re)mandatado líder da CNIS deixou uma mensagem para o Governo, a propósito do serviço que as instituições prestam às populações, em especial às mais necessitadas.

“Quando (ou sempre que) as instituições de solidariedade promovem direitos sociais, privilegiando os mais carenciados, que não são os próprios promotores, estão a prestar serviço público, enquanto geram bens públicos”, frisou, rematando: “Por isso mesmo, o regime fiscal a que estão sujeitas tem de ser bem diferente do regime do setor lucrativo. O estabelecimento de um enquadramento legal com uma Lei de Bases da Cooperação deverá ser o próximo passo”.

E se as primeiras palavras do novo mandato foram para agradecer a Mário Dias,

mandatário da candidatura e presidente do Conselho Fiscal cessante, e “a todos os que trabalharam para haver uma lista de união”, destacando o papel de José Carlos Batalha e da UDIPSS de Lisboa, o padre Lino Maia terminou dizendo “contar com todos”, ideia estendida ao Governo: “Contamos consigo, senhor ministro, como sempre o fizemos. Sempre o tivemos connosco, com as IPSS e com as causas nobres”.

Na cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos sociais da CNIS para o quadriénio 2015/2018 tomou ainda da palavra o ministro Pedro Mota Soares, que recordou a parceria que a CNIS tem mantido com o Governo e ainda algumas das medidas que foram adotadas pelo Executivo em prol do Setor Solidário, como as Linhas de Crédito ou os novos Acordos de Cooperação contratualizados (cerca de 300). O governante aproveitou ainda para recordar o momento histórico para a ação social em Portugal que foi a recente assinatura do Compromisso de Cooperação 2015/2016, estabelecido entre as três organizações representativas do Setor Social e Solidário e do lado do Estado, pela primeira vez, pelos ministérios da Saúde e da Educação e Ciência, para além do que o próprio tutela.

Perante um auditório do Seminário do Divino Verbo, em Fátima, cheio, Manuela Mendonça deu posse ao padre Lino Maia e restantes membros dos órgãos sociais eleitos.

DOIS RETORNOS

Para o novo quadriénio há seis elementos que não vêm dos órgãos sociais anteriores, sendo que dois deles são regressos.

Assim, o novel presidente do Conselho Fiscal Carlos Lacerda Pais, que é um desses retornos, diz-se aberto a colaborar,

razão pela qual aceitou o convite.

“Esta é minha segunda participação, pois já fiz parte de um Conselho Fiscal na, então, UIPSS, e conforme transmiti ao padre Lino Maia é com o pensamento único de colaborar”, referiu, ao SOLIDARIEDADE, acrescentando: “Apesar da minha idade, acho que ainda estou em condições de apresentar os meus conhecimentos de 40 anos de atividade nas instituições e quase 50 anos de experiência em empresas e colaborar o máximo para que as instituições lucrem com a minha boa vontade”.

O outro regresso é o de José Custódio Leirião, o novo secretário da Direção, que olha para este mandato com “uma responsabilidade redobrada” e um “desafio”, que é, “em conjunto com os nossos parceiros, tentarmos arranjar respostas que minimizem as privações que grande parte das pessoas passam”.

A estes dois regressos junta-se o de mais quatro entradas para a Direção.

Da região de Lisboa, Maria João Quintela congratula-se pela presença, sublinhando “a abertura que os corpos dirigentes demonstraram à entrada de novos dirigentes que pretendem também dar o seu contributo para a melhoria, que todos queremos, da prestação das instituições e para a sua imagem perante a opinião pública e como parceiros sociais”, considerando ser “um desafio” que a “enche de muita motivação”.

Do Minho chega à Direção Maria da Conceição Marques que aceitou o convite “na perspectiva de ser útil e explorar um bocadinho mais” uma área na qual está há cerca de três décadas.

Do Algarve emerge o bem conhecido José Macário Coreia, antigo governante e edil, que pretende, “nestes quatro anos,



em equipa, encontrar soluções para problemas comuns, ter uma boa relação de cooperação com as instituições do Estado e encontrar nos privados a responsabilidade social adequada ao impulso que têm que nos dar para partilharem connosco também um pouco daquilo que é o resultado da sua ação e terem o sentido de que o que fazemos, em termos sociais, é importante para todos e que se crie aqui um espírito de entreajuda que melhore a qualidade de vida, diminua o sofrimento e acabe com a miséria crónica e melhore a vida de todos”.

Por fim, o padre José Baptista, presidente da UDIPSS Porto, que se diz disponível para servir. “Estarei na disposição, com a demais Direção, de realizar o que bem esperam de mim, não sei se ao nível da Inovação, se ao nível das Uniões, mas as minhas expectativas são apenas a de estar ao serviço”.

UNIDADE

«A Força da Comunhão» era o lema da única lista candidata aos órgãos sociais da CNIS. O consenso alcançado em torno de quem vai dirigir a CNIS nos próximos quatro anos, sendo que há 12 anos que não concorria apenas a lista institucional às eleições da CNIS, foi saudado por todos os novos

elementos, aliás como, o padre Lino Maia já havia feito em todas as suas intervenções ao longo do dia do Congresso Eleitoral.

“O confronto que houve nas três anteriores votações esvaiu-se totalmente, porque quem podia estar a desenvolver algumas ideias contrárias àquelas que têm estado a ser apresentadas pelas Direções do padre Maia teve oportunidade de o fazer, mas não o fez”, começou por dizer Lacerda Pais, acrescentando: “Depois destes anos todos, toda a gente sabe quais são as minhas linhas de pensamento, exprimi-as cara a cara a todos os dirigentes e, portanto, estou absolutamente à vontade para trabalhar”.

Por seu turno, Maria João Quintela congratula-se “por haver esta lista de comunhão, que penso ter um aspeto pedagógico social muito importante e que pode ser a renovação de uma liderança positiva para os tempos modernos”.

Também José Custódio Leirião vê com bons olhos a unidade em torno da liderança do padre Lino Maia, porque “o setor solidário tem que dar uma imagem de grande coesão, tem que organizar consensos e não pode estar em guerrilhas que não aproveitam a ninguém e muito penaliza as pessoas que precisam de respostas”, no que é acompanhado pelo padre Baptista: “Ao fim



destes mandatos, haver uma certa unidade para planificar num tempo, que é o nosso e é difícil, politicamente e socialmente falando, esta unidade pode ajudar as IPSS a estarem mais voltadas, não para as lutas de quem estará mais ao serviço da CNIS, mas para estarmos mais unidos e reunidos em resolver os problemas das nossas instituições e, sobretudo, neste momento de crise, na ajuda maior e mais serena aos utentes das nossas instituições”.

Para Macário Correia, a lista única “é sinal de consenso e de unidade”, o que “é bom, porque lhe dá uma força transversal, um espírito de comunhão que faz a força e que será muito representativa das instituições” nos desafios futuros, enquanto para Maria da Conceição Marques isto é sinal

de “estabilidade”, em que “as instituições entenderam que estão bem representadas”.

No entender da presidente da Mesa da Assembleia Geral, “concluiu-se, mais uma vez, o destino desta gente que com um esforço muito grande veio de toda a parte do País, para estar connosco e, no fundo, para dizer que vale a pena a CNIS, que vale a pena haver uma Confederação”.

Para Manuela Mendonça, “o Governo não é a nossa tutela, mas a verdade é que a existência de uma entidade, que é a CNIS, que consiga fazer um traço de união entre os que mandam, pois no fundo são eles, e os que no terreno têm a opção de vida que é estar na solidariedade, é fundamental”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

Órgãos Sociais 2015/2018

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - Manuela Mendonça (Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional Pastoral dos Ciganos); **Vice-presidente** - Jaime Ramos (Fundação ADFP); **Secretários** - José Casaleiro (APAC), Maria José Gamboa (Associação de Protecção à Infância Bispo D. António Barroso), Nuno Rodrigues (Apeadeiro – Associação de Tratamento de Doenças de Adição)

Direção

Presidente - Lino Maia (Centro Social de S. Martinho de Aldoar); **Presidente-Adjunto** - João Dias (APPACDM Lisboa); **Secretário** - José Custódio Leirião (Centro Social

Paroquial da Azambuja); **Tesoureiro** - Eleutério Alves (Santa Casa da Misericórdia de Bragança); **Vogais** - José Macário Correia (Fundação Irene Rolo), Maria de Lurdes Pombo (APPADCM Castelo Branco), Maria João Quintela (Associação Portuguesa de Psicogerontologia), José Baptista (Centro Social das Antas) e Maria da Conceição Marques (Centro Sócio Cultural Desportivo Sande S. Clemente)

Conselho Fiscal

Presidente - Carlos Lacerda Pais (Centro Comunitário da Vera Cruz); **1º Vogal** - Eduardo Mourinha (União Distrital das IPSS de Santarém); **2º Vogal** - Maria do Céu Coelho (Centro Social e Paroquial da Graça)

António José da Silva
ajsilva@sapo.pt



França: o presidente e o novo governo

O partido socialista francês sofreu uma derrota pesada nas recentes eleições municipais. Saudado vivamente por toda a esquerda europeia, aquando do seu triunfo sobre Sarkozy, Hollande foi, durante algum tempo, o símbolo e a esperança de todos os europeus cuja bandeira era a rejeição das políticas de austeridade e dos seus grande mentores, particularmente a Alemanha e a sua chanceler Angela Merkel.

No entanto, alguns meses depois de tomar posse, já se percebia que o governo dava sinais de não poder concretizar as suas promessas eleitorais, sobretudo nas vertentes financeira, social e económica. Hollande não o disse, mas acabou por meter os seus ideais na gaveta. O mal estar foi crescendo e a esquerda em geral, e o partido socialista em particular, foram perdendo para a direita e para a extrema direita as suas bases tradicionais de apoio. Foi um movimento social e político que teve a expressão mais clara no resultado dessas eleições.

Reconhecendo a extensão da derrota, Hollande tratou rapidamente de nomear um novo primeiro ministro, a quem entregou a tarefa de formar um executivo diferente. Chamou-lhe de combate, embora o mais correcto fosse chamar-lhe de emergência. Para essa função, escolheu Manuel Vals, um francês de origem catalã, que integrava o anterior governo, e que era o mais popular de todos os seus membros.

Vals tinha sido um ministro polémico, quer no conteúdo das suas decisões, quer no seu estilo de comunicar e governar, mas o facto é que uma grande parte dos franceses, à esquerda e à direita, revia-se nessas decisões e gostava do seu estilo. Por isso mesmo, e apesar da discordância de muitos dos seus apoiantes, Hollande fê-lo seu primeiro ministro.

À primeira vista, tratava-se de mais uma cedência à direita, pelo menos até se conhecer a formação completa do executivo. Nesta formação merece destaque a escolha dum novo ministro da Economia, suficientemente conhecido pela sua oposição ao neoliberalismo, à globalização e à austeridade, uma escolha difícil de perceber face aos compromissos neoliberais já assumidos por Hollande. Mas para descanso do presidente, Armand Montbourg não tem a seu cargo as Finanças do país nem vai representar a França nas reuniões da UE sobre esta matéria. Seja como for, o primeiro desafio de Hollande será o de conviver e sobreviver às tensões que a composição do seu novo governo vai gerar.

Padre José Maia
jose.maia@cic.pt



Desigualdades sociais: rastilho para revolta

Nos últimos dias e a propósito de um conjunto de estatísticas publicadas na comunicação social, demonstrando (com números fiáveis) que Portugal voltou aos níveis de pobreza de há dez anos, os pobres têm servido de pingue pongue para o combate político, quando seria expetável que merecessem mais respeito por parte, tanto de quem é Poder como Oposição. Claro que, para além da classe política, a sociedade no seu conjunto, não poderá alhear-se dos dramas sociais que estão a atingir, de forma persistente e continuada, mais de dois milhões de portugueses!

Para fugir aos números, transcrevo apenas, como exemplo, este título de um jornal: "... um casal, duas filhas e nenhum emprego" (Jn-31-01-2015).

Aliás, um casal com estas características inscreve-se na percentagem das aproximadamente 12 mil famílias que no ano 2014 se declararam em situação de insolvência.

Será que este dado, associado às centenas de milhar de pessoas em situação de desemprego, de crianças e idosos sem apoios básicos para a sua subsistência, não bastaria para questionar a sério as políticas sociais de um Governo que se preze? Mas, como este, são mais que muitos os gritos lancinantes que, através da comunicação social, nos vão chegando todos os dias, interpelando-nos e exigindo AÇÃO! Sabemos que muito se tem feito para o saneamento das contas públicas, invertendo ciclos em que sucessivos governos gastarem o que não havia, hipotecando o futuro. Porém, não se acautelou como devia a situação social que resvalou para níveis insustentáveis de pobreza!

A gente interroga-se: como explicar o zelo pelo cumprimento de medidas duríssimas que a troika impôs ao Governo para cortar nas despesas sociais (algumas das quais serviam de almofada para centenas de milhar de pessoas em situação de pobreza extrema), quando centenas e centenas de milhões de euros do "grande capital" escaparam à suposta vigilância técnica destes senhores?

Bispo do Porto entre os sós

Saliento o facto de a Voz Portucalense de 7 de Janeiro fazer referência à participação do Bispo do Porto na "Ceia de Natal dos Sós" que decorreu em Campanhã, na véspera do Natal. Como aí se diz, "revelando quem são, desde que é Bispo, os seus escolhidos na noite de consoada". Assim, "na periferia" da cidade, onde fez "sua casa a paróquia de Campanhã", sentiu-se "em família com várias dezenas de pessoas 'sós'. Ali, onde o Cónego Fernando Milheiro tem sido belíssimo pastor do serviço da comunhão.

Gostaria de salientar que o Natal do Senhor D. António Francisco não terminou no meio "daqueles sós". Continuou no dia de Natal, na Missa da Catedral, onde "ousou" partilhar a alegria que sentira "em família com dezenas de pessoas sós". E viveu-o quando, "quase só", depois da celebração, se dirigia para o Paço e foi interpelado

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



por um "sem-abrigo" que lhe pedia uma esmola para o seu almoço de Natal. O Bispo parou para o encontro pessoal e para dizer que dinheiro ali não tinha, mas que o convidava para ser o seu único companheiro de almoço de Natal na Casa Episcopal.

Desfeita alguma desconfiança inicial, o pedinte aceitou o desafio e fez da casa episcopal a sua "casa de Natal" e do Bispo o seu companheiro e confidente para um Natal diferente. Terminado o almoço, quase como quem quer antecipar os "Reis" e também quer saborear o respetivo bolo, o "companheiro do Bispo" ainda teve a coragem de lhe pedir mais uma ajuda para melhorar o seu visual e viu ser-lhe indicada a barbearia do Bispo como uma espécie de "estalagem" onde seriam deixadas moedas para continuar o seu tratamento e refazer caminho...

Assim se faz Natal!

“Gramática Grega”^{a)}

1 - Os meus leitores hão-de perdoar-me o estilo *pot pourri* da crónica.

Mas pareceu-me, a pretexto das várias reacções, quer domésticas, quer europeias, aos resultados das eleições na Grécia e à vitória nelas do Syriza, bem como aos propósitos, já reafirmados após a imediata formação do novo Governo, de cumprir as promessas eleitorais, pareceu-me, repito, que seria interessante uma deambulação por algumas variações literárias, todas da lusofonia, à roda do tema.

E deixar que, desta vez e em minha vez, falem os poetas.

Pelo que li nos jornais, parece que a fábula da cigarra e da formiga foi um dos **topoi** mais glosados, vista na perspectiva, largamente predominante, de a formiga representar o trabalho e a poupança, em metáfora das virtudes; e a cigarra, o lazer e a preguiça, emblema dos vícios.

No discurso dominante, a formiga, que guarda as suas reservas para o Inverno numa despensa subterrânea, e para isso vive quase sempre no frio, debaixo da terra, representa, nesta quase federação europeia em que vivemos, os países do Norte: também eles frios, acumulando a parte preponderante dos bens e recursos globais; ao passo que a cigarra, que prefere cantar à luz do dia a enfiar-se a trabalhar debaixo da terra enquanto o sol vai alto, constitui o estereótipo dos países do Sul, quentes e madraços – e pobres, por tal razão.

(São os PIGS, acróstico amável com que os do Norte nomeiam os Países da periferia europeia; quer dizer, os porcos, como aqueles em que Circe transformava os seus amantes ...)

A fábula de La Fontaine é sufragânea deste sentido e desta distinção.

Mas a fábula não tem só esta leitura.

Na verdade, ao ouvir o líder parlamentar Luís Montenegro a acolher-se, num comentário às eleições gregas, ao sentido tradicional e epidérmico da fábula, quando o novo Ministro das Finanças da Grécia, Varoufakis,

advertira precisamente que formigas são todos os trabalhadores, quer os dos países do Norte, quer os do Sul da Europa, todos igualmente explorados pelo capital financeiro; e que este capital é que é a cigarra, que todavia enriquece sem trabalhar, mediante a exploração cada vez mais desenfreada do trabalho, lembrei-me de um poema do poeta brasileiro simbolista, Mário Pederneiras, que, durante a juventude, muitas vezes ouvi, dito por João Villaret:

É assim:

“Dona Formiga/Pertence à classe das senhoras sérias,/Tem cuidado da casa e do alimento;/Não fala muito, muito pouco briga./Tudo o que faz é com discernimento/ E, enfim, não gosta de passar misérias.

Além de tudo, é de ambições modestas./Todo o seu bem, no seu labor converte/E faz da vida ideias esquisitas.../Não faz visitas/E não se diverte... /Nunca se viu, Dona Formiga, em festas.

De tanto se ocupar da vida e do futuro/ E tomar o labor mais sério e duro,/Chega a ficar grotesca e cómica;/Pois, mesmo assim, nos amplos e/massudos/Livros morais, de exemplos e de estudos,/Com que, da infância, o estímulo/ se apura,/Ela figura/Como um sólido exemplo de económica.

Trabalha muito no pesado Estio,/Porque receia/Que o Inverno venha achá-la/ desprovida./Por isso, quando chega o Frio/ E cessa a lida,/Já ela está com a dispensa cheia.

Dona Cigarra - esta, coitada!/Não vale nada/Entre as pessoas sérias!/É a pobre infeliz/que dá lições de canto/E que o Verão inunda/Da sua Alma de estroina e vagabunda... /Entretanto,/Dona Cigarra, eu sei, passa misérias.

É da boémia a mais perfeita imagem,/Adora a luz e mora na folhagem.../E tal a vida é e tal a aceita,/Sempre de sonhos e ilusões repleta... /Dona Cigarra até parece feita/Da própria massa de que é feito o Poeta!

Passa o Verão... E o véu do Estio,/O tempo, sobre o Céu e a Terra corre;/Torna-se a/Vida mais penosa e séria... /Dona Cigarra

não resiste ao frio/E, coitadinha, morre/E morre, quase sempre, na miséria.

Contam, que um dia,/Morta, do Sol, a límpida alegria,/Sem luz para cantar,/Como fizera no Verão inteiro,/Fora à Formiga, em prantos, implorar/Um pedaço de pão do seu celeiro...

Como a Formiga, então lhe perguntasse/ Onde se achava/E o que fizera na estação/ passada,/Honestamente, disse que cantava... /Pois a malvada,/Sem dó da mísera mendiga,/Quase morta de fome e já sem voz,/Numa ironia desumana e atroz,Mandou que ela dançasse...

Por isso, é que eu não gosto da Formiga.”

Por mim, também estou como o Mário Pederneiras: não gosto das formigas.

Ainda para mais este ano, em que batalhões de formigas me comeram os dióspiros do quintal e as uvas da vinha ...

2 – Também o nosso Alexandre O'Neill, em versos cantados pela Amália, se afasta do cânone tradicional, elegendo a liberdade, o direito de optar, como o bom critério para se ser cigarra ou ser formiga, desfazendo, nos dois últimos versos, o que parecia até então ser o registo convencional:

“Minuciosa formiga/ não tem que se lhe diga:/ leva a sua palhinha/ asinha, asinha.

Assim devera eu ser/ e não esta cigarra/ que se põe a cantar/ e me deita a perder.

Assim devera eu ser:/ de patinhas no chão,/ formiguinha ao trabalho/ ao tostão.

Assim devera eu ser/ se não fora/ não querer”

3 – Sobre imprevistos, surpresas, exemplos, e também sobre os efeitos destas eleições sobre a moeda única, fui buscar a “Homenagem à Grécia”, de Jorge de Sena, na **Peregrinatio ad Loca Infecta**:

“... Às vezes,
Palas Ateneia emerge
da cabeça de Zeus.
O manto dela custa
muitos dracmas. Será
o dracma a moeda?”

4 – Independentemente do que pensemos sobre o Syriza, ou sobre Tsipras, aquele vestígio levemente anarquista que trazemos no lado do coração não pode deixar de nos fazer esperar que corra bem a aventura de quem rejeitou a rota imposta pelos ocupantes de há 70 anos e de hoje; recorrendo agora a José Augusto Seabra:

“Argonauta rendido
de ilha em ilha, entre vagas
de signos, só erravas
ao invés do sentido.
Nunca à pátria
chegado. Arauto
já sem rasto
da rota
e da partida.”

Ou, noutro texto:

“Trepavam a rugosa
colina de Hephaistos
no enalço da sombra
de outra Ideia
Só então meditavam
a fímbria da distância
do Pnix ao Areópago. Sabiam
que a cicuta aguardava
o descanso
dos pés.”

Os gregos não quiseram a cicuta.

Por seu lado, os dirigentes teutónicos e seus acólitos, cariátides que suportam os novos templos, onde se adoram os deuses contemporâneos, os ídolos de Frankfurt, de Nova Iorque ou da City, mantêm, perante os novos rumos da Argus, a inamovível impassibilidade das pedras – o que nos suscita a pergunta formulada ainda por José Augusto Seabra:

“Cariátides
lívidas
de equânimes
perfis:
que cio
nunca passa
nessas faces
febris?”



Henrique Rodrigues
Presidente
do Centro Social de Ermesinde

CENTRO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVO DA CARREGOSA, OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Requalificar para melhor servir

“No princípio a ideia foi sempre a de criar um infantário, porque na altura não se justificava avançar na terceira idade, apesar de haver quem já pensasse em avançar para essa área, mas a necessidade era na área da infância”, começa por explicar Fernando Santos, presidente do Centro Social, Cultural e Recreativo de Carregosa, no concelho de Oliveira de Azeméis, referindo que quando iniciou atividade em 1986 a instituição o fez com as valências de creche e pré-escolar.

Inserida no concelho altamente industrializado, onde não há grandes problemas com falta de emprego, era necessário dar resposta aos pais que, querendo trabalhar, precisavam de um local onde deixar os filhos. É nesse espírito que surge o Centro Social e que mais tarde abriu a valência de ATL.

Apesar deste cenário, entretanto, a instituição abraçou a valência de Serviço de Apoio Domiciliário, porque “com a população cada vez mais envelhecida, com alguns filhos a emigrarem, era uma necessidade”, refere a diretora-técnica Alexandra Palma, acrescentando: “Penso que uma resposta social de Centro de Dia e até de Lar possivelmente daria e teríamos utentes, mas a questão é que, neste momento, a situação financeira não o permite. Agora, sabemos que existem utentes para essas respostas. Se me perguntar se a nossa resposta é suficiente para as carências da comunidade, suficiente não é, mas outro tipo de respostas aqui nesta freguesia ou uma dimensão maior do Apoio Domiciliário cobriria mais as falhas. Se tivéssemos Acordo de Cooperação para mais utentes em SAD, chegaríamos a mais pessoas que necessitam do nosso apoio, mas não temos...”.

O presidente lembra ainda que Carregosa “está rodeada de instituições sediadas nas freguesias vizinhas”, mas mesmo assim defende que se o Centro Social tivesse outras valências teria utentes, recordando um projeto antigo da instituição: “Sabemos que há pessoas aqui da freguesia a frequentar Centros de Dia de freguesias vizinhas, porque nós não temos essa resposta. Há um projeto feito e que chegou quase a avançar para a construção de um Centro de Dia e Lar, num terreno que temos com 20 mil metros quadrados, só que a conjuntura económica não permitiu, nem permite que se arranque com ele”.

Relativamente ao projeto de expansão física da instituição e, dessa forma, de acolher mais respostas sociais, para já não passa disso mesmo, um projeto

que espera melhores tempos para poder avançar. Na presidência há cerca de ano e meio, mas membro dos órgãos sociais há duas décadas, Fernando Santos não quer dar passos maiores do que as pernas.

“Este é um projeto já com alguns anos e que passa pela construção de um Centro de Dia/Lar. Na altura fez-se um projeto e, há uns anos, tentou-se uma candidatura ao QREN. Só que do lado do Governo as coisas estagnaram e este é um projeto com muitos números”, explica, sustentando: “Enquanto for presidente desta casa, e que não há de ser muito tempo, porque defendo que se faça um mandato e se dê o lugar a outros, vamos ter os pés assentes no chão. Fazer projetos ou fazer obra por se fazer obra e depois as coisas não funcionarem, não se justifica, porque em vez de estarmos a abrir mais um equipamento, fechamos dois. Devemos ter esse cuidado”.

Fernando Santos afirma que “a necessidade existe, mas se calhar não é tanta quanto isso, porque a partir do momento em que há aqui ao lado lares em Cesar, Fajões e Nogueira de Cravo a necessidade não será tão premente”.

Mesmo assim, o líder da instituição considera que a existir o equipamento haveria utentes, porém “fazer uma obra de quatro ou cinco milhões de euros não justifica”.

Não colocar em perigo o que já existe é um princípio de que os responsáveis pelo Centro Social de Carregosa não abdicam, como defende Alexandra Palma, que coloca em cima da mesa outra questão fundamental: “A incerteza que se vive não aconselha a avançar. E para além de todos esses custos, será que os Acordos de Cooperação seriam feitos? Com estas incertezas todas, mais vale melhorarmos as condições da nossa casa e quando as coisas estiverem melhor, se melhorarmos a nível do País, então, será uma possibilidade”.

E esse tem sido o caminho seguido pela atual e a anterior Direções, que quebraram um ciclo de não investimento na instituição desde a sua criação. Instalada num edifício com quase 30 anos, este estava já necessitado de melhoramentos, até para poder manter níveis de qualidade que lhe permitissem ombrear com o Centro Escolar, entretanto, inaugurado na freguesia.

“Há cinco anos colocámos um telhado novo, depois painéis solares, ar condicionado e os alumínio todos mudados. Desde julho temos feito uma revolução



total no piso de cima, onde funciona a creche, com uma alteração total e fizemos um grande investimento na cozinha e numa copa de leite completamente nova”, conta o presidente, que se mostra orgulhoso com o trabalho já feito: “A instituição, neste momento, está bem e recomenda-se. No último meio ano investimos nesta casa cerca de 90 mil euros em remodelações”.

Apesar de parte das obras terem sido subsidiadas pela ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria, “fez-se muito mais coisas fora desse apoio”, lembra Alexandra Palma, ao que o presidente acrescenta: “É com orgulho que as coisas estão feitas, os pais agora entram aqui e veem as coisas com outro ar”.

Outro grande investimento da instituição foi o controlo de acessos.

“Implantámos um sistema de controlo de entradas, porque sentimos que era uma preocupação dos pais e hoje ninguém

entra aqui sem nós sabermos. A proximidade da rua era uma preocupação”, sublinha o presidente, ao que a diretora-técnica acrescenta: “O apoio dos pais foi fundamental para a colocação do controlo de acessos. Hoje em dia os medos são tantos e a insegurança que se sente tanta que achámos muito importante fechar na totalidade a instituição, porque nunca se sabe quem vem por aí”.

A requalificação das instalações era algo de fundamental para a prossecução do objetivo da instituição, que estavam um pouco deixadas ao desleixo e que poderia ter acarretado grandes dificuldades para o Centro, uma vez que entretanto nasceu na freguesia uma resposta estatal.

“Quando há cinco anos surgiu o Centro Escolar passámos a competir com o Estado e poderia ter sido um problema, que agora já não é. Ao início pensámos que íamos ter alguns problemas com eventuais saídas de crianças, mas isso não aconteceu. Os



números do pré-escolar estão nos limites e isso deve-se à qualidade do serviço. Uma grande vantagem que temos é a de servirmos refeições feitas na casa, para além da qualidade dos nossos formadores”, refere Fernando Santos, deixando um elogio ao corpo de funcionários: “Tenho uma excelente equipa, não tenho necessidade de cá vir todos os dias e isto não me dá muitas dores de cabeça. Sabemos que há um caminho que é o serviço e que a prioridade são os utentes. A partir do momento em que isto é posto em prática o objetivo cumpre-se”.

E na opinião dos responsáveis pela instituição as intervenções realizadas foram essenciais para que o objetivo pudesse continuar a ser prosseguido e o serviço à comunidade desenvolvido.

“Se as coisas se mantivessem como estavam, a preocupação que há pouco o presidente expressou sobre o Centro Escolar, tinha sido uma realidade”, sustenta a diretora-técnica, que acrescenta: “Com as mudanças, o envolver os pais em tudo, porque são pais interessados, e se eles são exigentes temos que corresponder, porque o que não falta para aí são infantários, com vagas. Eles hoje entram

aqui e sentem que a casa também é deles. A instituição precisava mesmo de mudança, que começou com o anterior presidente Marco Azevedo, de se envolver com a comunidade e a mostrar-se, o que até aí não acontecia”.

Neste particular o cortar com um certo imobilismo que vinha do passado foi fundamental. A visão dos novos dirigentes, mais jovens e com outra mentalidade, acabou por resgatar a instituição do marasmo.

“As pessoas acomodaram-se. Hoje os pais entram nesta casa com muito mais confiança. Se não se fizesse nada, como o que temos feito, as instituições em volta já nos tinham levado os miúdos”, argumenta Fernando Santos, sublinhando: “Nesta casa estamos a lidar com pessoas e não com números e, se calhar, há algum tempo atrás lidava-se só com os números”.

Atualmente, o Centro Social, Cultural e Recreativo de Carregosa acolhe 51 crianças em creche, 66 petizes em pré-escolar e ainda 36 em ATL, enquanto o SAD serve 40 utentes, com uma equipa de 35 funcionários.

Ter a sala dos bebés no limite é um objetivo, porque a partir desse ponto a

instituição consegue garantir algum futuro.

Nesse sentido, “os bebés vão aparecendo”, diz Alexandra Palma, acrescentando: “Em setembro temos sempre aquela dúvida sobre se haverá bebés, mas há medida que os meses vão passando eles vão aparecendo. E até aqui chegámos sempre a junho com as salas repletas. Há um ano crítico que é o de 2013, em que não houve bebés. As pessoas estavam com muito medo de ter filhos e do futuro, mas penso que esse medo já passou”.

E se o ano de 2013 foi muito complicado, o Centro Social de Carregosa não se pode queixar muito da crise, uma vez que na região o emprego ainda vai sendo uma realidade.

“Esta é uma comunidade remediada, pois há muita indústria e muitas empresas aqui à volta. Maioritariamente os pais dos nossos utentes são empregados de fábricas, o que nos coloca perante uma situação de não haver muita riqueza, mas em que há trabalho”, refere Alexandra Palma, explicando: “Houve empresas que fecharam, o que deixou alguns pais em situação de desemprego. Com a existência de fábricas grandes que vão recrutando trabalho temporário, faz com que alguns estejam

desempregados por pouco tempo, mas também são empregos de curta duração. Mesmo assim, tivemos pedidos para baixar mensalidades e pedidos para mensalidade zero. Não temos muitas situações dessas, mas temos”.

À semelhança da comunidade, a instituição não é rica, mas vive uma situação equilibrada.

“Financeiramente, tento gerir a instituição tal como o faço na minha pequena empresa. Comprar o melhor possível, ser mauzinho com os fornecedores e exigir qualidade acima de tudo”, defende o presidente, que dá ainda nota de um objetivo alcançado na gestão da casa: “Por fim, e consegui-o passado meio ano, trabalhamos para termos liquidez financeira para, muitas vezes, aproveitar promoções. Esta casa gasta muito a nível de alimentação e quando se tem fundo de maneo é muito importante”.

Quanto ao futuro, os responsáveis pela instituição apostam na melhoria do edifício-mãe, sem pensar em outros investimentos que na conjuntura de incerteza que se vive, apenas poderia trazer dissabores.



Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA . LIMPEZAS . MANUTENÇÃO
VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
FAX: 21 042 00 88 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



RELATÓRIO

FMI critica aumento do salário mínimo em Portugal

O Fundo Monetário Internacional (FMI) afirmou que o aumento recente do salário mínimo nacional dos 485 para os 505 euros é “premature” e “pode penalizar os grupos vulneráveis que pretende apoiar”.

No relatório sobre a primeira monitorização pós-programa, o FMI argumenta que o aumento do salário mínimo em Portugal tem ido “persistentemente além dos ganhos de produtividade”, considerando que isso vai “impedir a recuperação da competitividade”.

O Fundo sublinha que os ganhos de produtividade (medidos pelo crescimento real da economia ajustado à população em idade ativa) permaneceram “virtualmente constantes” durante a última década, ao passo que o salário mínimo “aumentou 16% durante o mesmo período”, o que significa um

crescimento anual do salário mínimo superior ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB) em 1,5% ao longo dos últimos dez anos.

Para os representantes do FMI, “tendo em conta o nível de desemprego ainda elevado”, o aumento do salário mínimo “pode de facto penalizar precisamente o grupo que pretende apoiar”.

A instituição liderada por Christine Lagarde afirma que o impacto da crise foi “particularmente sentido pelos trabalhadores não qualificados e pelos jovens”, que têm rendimentos mais baixos.

O Fundo considera que “medidas que aumentam o custo do emprego para estes trabalhadores, ao mesmo tempo que aumentam o rendimento dos que têm trabalho, vão manter o desemprego nestes segmentos elevados por mais tempo e adiar a normalização do

mercado de trabalho”.

O Governo aumentou o salário mínimo nacional para os 505 euros mensais já após a conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), uma subida que entrou em vigor em outubro de 2014 e que foi acompanhada pela redução em 0,75 pontos percentuais da Taxa Social Única (TSU) para as empresas com trabalhadores que auferam este rendimento.

Ainda em relação ao mercado laboral, o FMI refere-se à extensão das condições de trabalho acordadas através de convenção coletiva a todos os trabalhadores de um determinado setor, considerando que a medida “mina o progresso” no sentido de promover um sistema de contratação coletiva “mais dinâmico e inclusivo”.

Neste sentido, o Fundo afirma que

Portugal “pode recorrer a outros instrumentos de política, como usar os créditos dos impostos sobre o rendimento para ajudar os trabalhadores com baixas qualificações e as suas famílias, sem penalizar a competitividade”.

Além disso, o FMI defende que “aliviar a proteção ao emprego, em particular no caso dos contratos permanentes” ia encorajar a procura de trabalho e reduzir a segmentação do mercado de trabalho”.

A primeira missão pós-programa decorreu entre 28 de outubro e 04 de novembro de 2014, altura em que os técnicos do FMI e da Comissão Europeia estiveram em Portugal, cumprindo a primeira de várias visitas regulares que se vão realizar até que o país devolva a maioria dos empréstimos concedidos.



JUNTO DAS:

INSTITUIÇÕES PARTICULARES
SOLIDARIEDADE SOCIAL
SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA
ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

RUA DOS CUTILEIROS, 2684 1º - SALA 11
APARTADO 1071 EC LAMEIRAS
4836-908 GUIMARÃES

TLF.: (+351) 253 408 326 (3L/BA)
TLM.: (+351) 939 729 729
FAX: (+351) 253 408 328
EMAIL: TSR@TSR.PT

APLICAÇÕES

TSR - CONTABILIDADE ESNL

TSR - UTENTES IPSS

TSR - IMOBILIZADO ESNL

TSR - PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA *

MÓDULO DE PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA, MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO

* PROGRAMA CERTIFICADO PELA AGSS

TSR - LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

TSR - ORDENADOS

TSR - UNIDADES DE SAÚDE

UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS, HOSPITAIS, CLÍNICAS, FISIOTERAPIA, IMAGIOLOGIA, ETC.

TSR - PROCESSOS CLÍNICOS (UCC / RNCCI)

TSR - MÓDULO DE ORÇAMENTOS

TSR - STOCKS

POR ECONOMATOS, COZINHAS IPSS.

TSR - SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA

TSR - UTENTES, TSR - BANCOS, TSR - ASSOCIADOS, TSR - RENDAS, TSR - CAIXAS E PAGAMENTOS A FORNECEDORES.

TSR - QUALIDADE

TERCEIRA IDADE, INFÂNCIA E JUVENTUDE, APOIO NA VIDA QUOTIDIANA, MOD. REGISTO PRESENCAS TABLETS

TSR - VIATURAS

TSR - ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

TSR - CONTROLO DE CORRESPONDÊNCIA

TSR - GESTÃO COMERCIAL

TSR - MÓDULO DE ORÇAMENTOS



TSR - PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES



WWW.TSR.PT

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO
AS PESSOAS PRECISAM DE SI!

GRÁTIS

DEMONSTRAÇÕES GRATUITAS
NAS INSTALAÇÕES DO CLIENTE
SEM COMPROMISSO

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
NAS VOSSAS INSTALAÇÕES

ASSISTÊNCIA REMOTA
NOVO CONCEPTO VIA
INTERNET

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
GRATUITA

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE S. PEDRO DE CASTELÕES, VALE DE CAMBRA

Construir um Lar é a grande ambição

O início de atividades do Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Castelões reporta a 1995, apesar de ser um projeto que teve a sua génese uns anos antes.

Tudo começou com o Programa de Luta Contra a Pobreza, em que a instituição foi a entidade jurídica no concelho de Vale de Cambra, conseguindo aí uma vasta identificação das necessidades da comunidade.

“O Programa de Luta Contra a Pobreza é um dos marcos históricos na intervenção social daquilo que é hoje o Centro Social”, sustenta Rui Leite, vice-presidente da instituição.

Em 1997 foi constituído o Centro Comunitário, valência de maior abrangência territorial da instituição, sendo que a construção do edifício onde esta funciona ficou concluída em 1998. Nesta altura, a instituição era fundamentalmente voltada para o apoio à terceira idade, com o Centro de Dia, o Centro de Convívio e o Serviço de Apoio Domiciliário.

Com a chegada do novo Milénio, a instituição abraça as respostas sociais à infância, com a criação dom ATL no ano 2000, para quatro anos volvidos surgir a creche, “um investimento à volta dos 500 mil euros”. Em 2005 surgiu o Gabinete de Apoio à Família e em 2012 a Cantina Social.

O crescimento da instituição, que ainda alimenta a ambição de construir uma ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas), ficou, para já, concluído em 2013, com “a finalização das obras de beneficiação e reconversão do edifício, a fim de o preparar desde já para a possibilidade de criar um Lar”, explica Rui Leite, que resume: “Começámos pela terceira idade, alargámos à infância e queríamos regressar à terceira idade. Este é um propósito claro, porque é a necessidade que identificamos. Quando projetámos a creche era, de facto, a principal resposta a dar, mas pouco tempo depois a resposta essencial a dar é a de lar para a terceira idade”.

A identificação desta necessidade tem fundamentos sólidos que estão plasmados no Censos de 2011, como refere o «vice» da instituição: “O concelho de Vale de Cambra é dos concelhos que mais envelhece no distrito de Aveiro e há sensivelmente dois anos estava identificada a falta de cerca de 100 camas em Lar aqui no concelho. Hoje poderá ser igual... Há uma migração muito grande dos jovens e o último Censos dá conta que o concelho perde população. Apesar de Vale de Cambra ser

rica e ter uma componente industrial importante os jovens saem muito. Na parte da serra, na parte alta do concelho, verifica-se também uma grande dificuldade de fixação das pessoas, apesar de todos os acessos terem sido melhorados, e aí o envelhecimento nota-se mais”.

Numa altura em que passam 20 anos sobre a fundação da instituição, os seus responsáveis alimentam o sonho de continuar a responder às necessidades da comunidade que servem e, por isso, a construção de um Lar é o objetivo.

“Mantemos a ambição de erigir um lar. Prossequindo a filosofia do Centro, o projeto principal é a construção do Lar, porque é uma necessidade”, sustenta Rui Leite, que sublinha: “Para além de ser uma necessidade, se não dermos essa resposta nos dias de hoje em que as pessoas começam a ficar sozinhas, também perdemos a oportunidade de complementar todo o apoio e até de as pessoas participarem mais. Esta é uma das formas de podermos melhorar o tipo de respostas. O projeto que temos é para 31 camas, que serão rapidamente ocupadas e, penso, que teremos, provavelmente, que pensar logo num alargamento”.

Fruto de uma boa relação com a comunidade, o dirigente está convicto de que quando a valência Lar for uma realidade a instituição poderá contar com um maior apoio da população.

“Pensamos que a contribuição e generosidade das pessoas para uma resposta destas poderá ser maior do que para as outras, como o Centro de Dia, por exemplo. Estou convencido que avançando para a construção de uma resposta destas conseguiremos uma maior generosidade das pessoas. Contudo, os números envolvidos é que nos assustam, pois são 1,5 milhões de euros, o que assusta quem acabou de investir 725 mil na requalificação de todo o equipamento”, explica, traçando o retrato da situação financeira da instituição, após o grande investimento na reconversão da casa-mãe: “A saúde financeira da instituição andou relativamente bem até este investimento que fizemos. Tínhamos um problema de manutenção do edifício que era necessário resolver. Este prédio foi construído numa altura muito semelhante a este que vivemos agora, em que as empresas de construção civil passavam um período mau, estamos a falar de 1998. A empresa que esteve na construção do equipamento faliu e, portanto, tivemos alguns problemas. Mas estava na altura de



tomar uma atitude relativamente à manutenção do património. Então, concorremos ao PRODER, já com o sentido de no futuro Lar”.

Esta visão de futuro assentou nos dados recolhidos na comunidade, como refere Rui Leite.

“Aquando da abertura do Centro de Dia verificámos que havia uma vontade dos nossos utentes em ficarem cá e até porque, como comprovou o Censos de 2011, há muita gente a morar sozinha. Essa informação que fomos recolhendo alertou-nos sempre para a necessidade de construção de um lar, só que é muito caro”, sustenta, revelando a opção da instituição: “Já que tínhamos que fazer obra, aproveitámos e criámos todas as infraestruturas para, no futuro, podermos criar o lar num piso superior a criar”.

Para a intervenção de fundo no edifício, no qual foram investidos cerca de 725 mil euros, a instituição teve que recorrer à

Banca, através de um empréstimo de 100 mil euros, contando ainda com a ajuda de um bemérito.

“Neste momento, a situação económica não nos preocupa, a situação financeira é minimamente equilibrada. É certo que não dá a possibilidade de avançar para a construção do Lar, porque para isso precisaríamos ainda de mais cerca de 1,5 milhões de euros, algo que terá que esperar por melhores tempos ou por algum mecenas”, assegura o vice-presidente, revelando que a instituição ainda vai contando com a boa-vontade da população: “Não nos podemos queixar. Optamos sempre por uma postura low-profile, mas na verdade sempre que batemos à porta das empresas de Vale de Cambra estas foram generosas connosco e ainda há aqui famílias que são generosas. Nesse aspeto não nos podemos queixar muito”.

Tendo uma relação com a comunidade muito boa, a instituição, segundo a



diretora-técnica Deolinda Pinho, tem uma grande mais-valia no seu interior: “Temos uma pessoa muito importante connosco, que é o senhor prior Joaquim Martingo... Esta obra social deve-se a ele e à sua visão social. Ele é, sem dúvida, o grande motor da instituição, que consegue arrastar a comunidade”.

A relação com a comunidade é profícua e não se cinge à população, mas também às demais instituições do concelho.

“Nós vimos do Programa de Luta Contra a Pobreza, que envolveu todo o concelho e todas as instituições, que nos escolheram para sermos a entidade de suporte jurídico. E ao longo do tempo mantivemos essa parceria. Havendo as instituições sediadas nas várias zonas, mesmo assim havia respostas que era preciso cobrir e não faziam parte dos respetivos acordos de cooperação dessas instituições... E essa modalidade, que vem desde aí, mantém-se. Ao longo do tempo nota-se o dinamismo na criação de valências no Centro, que fomos criando em função das necessidades da comunidade”, explica Rui Leite, que sublinha a importância do trabalho em rede: “A questão da rede sempre nos foi muito cara e até nos trouxe alguns problemas com a Segurança Social, porque a resposta do Centro Comunitário é muito complicada em termos de Contabilidade, porque é uma resposta atípica. E isto ia contra o princípio do Programa de Luta Contra a Pobreza e da postura que sempre tivemos de trabalhar em rede”.

A este propósito, e refletindo o grande contributo do Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Castelões para o dinamismo do apoio social no concelho de Vale de Cambra, Deolinda Pinho recorda o pioneirismo da instituição: “O facto de prestarmos serviços de qualidade, sempre com esta visão de futuro e dando resposta às necessidades das pessoas mais carenciadas foi uma pedrada no charco. Hoje as coisas vão evoluindo, mas na altura eram muito diferentes. O que nos marca é, de facto, o

apoio às pessoas carenciadas, o que antes do Centro não existia no concelho”.

Nesse particular o Centro Comunitário é a bandeira da instituição, pois, sendo a resposta mais atípica, é também a que tem maior abrangência, que é concelhia.

“É uma resposta que tem uma frequência livre, onde funciona um Gabinete de Apoio à Família e à Comunidade em que apoiamos 100 famílias carenciadas. A isto acrescem alguns serviços que surgem no âmbito da parceria, nomeadamente o gabinete de fisioterapia e o Atelier de Som, em que no total apoiamos cerca de 150 pessoas”, revela Deolinda Pinho.

No âmbito do Centro Comunitário e nos diversos projetos ali desenvolvidos, a instituição oferece: Atelier de Som (frequentado por 140 pessoas), Estudo (15), Reviver (7), Com Artes (15), Reabilitação (30) e ainda uma equipa de futebol feminino (20). Para além disto, no pavilhão polivalente, desenvolvem-se diversas atividades, desde zumba a pilates.

Por dia, o Centro apoia 360 pessoas e serve 243 refeições, trabalho desenvolvido por um quadro de pessoal de 43 funcionários, ao que acresce mais seis a recibo verde.

Por valência, a instituição acolhe 36 crianças em Creche, 36 petizes em ATL, 26 idosos em Centro de Dia, oito em Centro de Convívio e ainda 74 em SAD. Na Cantina Social, apesar de estarem contratualizadas 60 refeições/dia, o Centro serve, por estes dias, apenas 33.

“Na Cantina Social o número é flutuante. Como esta zona, a nível de emprego, vai dando resposta, a procura acaba por ser variável”, refere Rui Leite, ao que a diretora-técnica acrescenta: “As pessoas precisam da Cantina Social pontualmente. Um dos problemas do emprego no concelho é o facto de ser temporário e, muitas vezes, as pessoas precisam durante um período, mas depois deixam de precisar quando voltam a ter trabalho. Por isso, é muito flutuante a frequência”.

E se o grande objetivo futuro é a



construção do Lar, os responsáveis pelo Centro acalentam ainda outros projetos, como um fórum sócio-ocupacional para pessoas com doença mental, uma vez que o concelho não tem qualquer resposta para a população adulta com doença mental. Mas tal como para o projeto lar, tudo está parado por falta de financiamento.

“Acabamos por ter essas pessoas a ser apoiadas em SAD e em Centro de Dia, mas onde acabam por não ter uma

resposta específica para a sua doença”, refere Deolinda Pinho, que revela outra resposta que a instituição gostaria de poder dar, pois é uma necessidade identificada: “Também sentimos a necessidade de um apoio para pessoas sem-abrigo, para pessoas que sofrem de alcoolismo, mas são tudo situações complicadas de resolver sem financiamento”.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de produtos alimentares e não alimentares, que lhe permite abastecer-se integralmente com um único fornecedor.

Adicionalmente, e caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- **Ementas validadas por nutricionistas;**
- **Capitações adequadas;**
- **Soluções económicas;**
- **Sugestão de encomenda com base na ementa;**
- **Estime e controle os seus custos.**

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de recepção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos. A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 911 047 280
SUL: 210 420 000 / 916 185 205
www.sogenave.pt



Sobre a Grécia...

Começaria por dizer que faço parte do grupo que rejubilou com a vitória do Syriza na Grécia.

Não porque concorde com o programa político ou económico do Syriza – separa-me deles um mundo de distância.

Na verdade, no entanto, creio que todos os (verdadeiros) democratas têm motivos para jubilo. Vou mencionar apenas duas razões:

1. A democracia está de saúde e recomenda-se. Foi possível, mesmo debaixo do controlo do espaço mediático pelo poder do dinheiro, mesmo debaixo da chantagem (mais ou menos explícita) dos austerianos (ou nós ou o dilúvio), que o povo grego votasse na esperança e num caminho diverso.

2. Talvez, finalmente, as cabeças duras que governam a Europa percebam que não se resolve um problema de dívida pública com narrativas morais ou procedimentos de culpa e expiação. Já não se reduz o devedor insolvente à escravatura (foi assim no passado), já ninguém vai preso por dívidas (a não ser que tenham origem criminosa), nem se ocupam militarmente os países incumpridores (ainda era moda no século XIX). É assim senhores, apesar de tudo, a civilização progride.

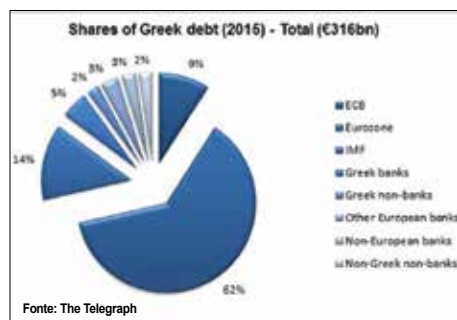
Mas o meu jubilo acaba aqui porque o Syriza e as cabeças duras que governam a Europa estão a fazer tudo errado.

O erro maior é focar na dívida grega, uns dizendo que não pode ser paga e outros dizendo que é para pagar.

Ao focar num problema que não existe, uns e outros estão a criar um problema político (esse sim, real) que não tem solução.

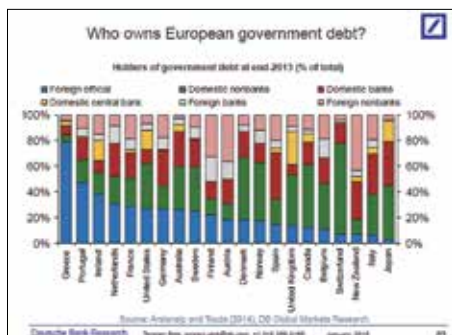
A dívida pública na Grécia (e em certa medida também em Portugal) é, hoje em dia, uma mera ficção contabilística, um mero registo em papéis e computadores.

No caso da Grécia, em 2015, cerca de 85% da dívida pública será dívida oficial: aos países da UE e às instituições supranacionais da UE, ao BCE e ao FMI.



O quadro seguinte permite comparar com outros países.

Não conheço ninguém com um mínimo de sensatez que acredite que essa dívida é



pagável.

Mesmo assumindo taxas de juro de **2,5%** durante um período de **30 anos**, seria necessário á Grécia fazer, consistentemente, excedentes orçamentais primários anuais de **4% do PIB** para reduzir a dívida para a casa dos 50/60 pontos do PIB. Durante esse período a economia teria de **crescer 2% por ano**, em termos reais, com **inflação de 2%**.

Parafraseando alguém, um verdadeiro conto de crianças.

Não acredito que levante um problema político insolúvel manter (ou até deixar subir mais um bocadinho) a dívida grega nos livros da União Europeia. Quem se importa com isso verdadeiramente?

Já dizer que a dívida, cujos credores agora são, de facto, os cidadãos e contribuintes europeus, não é para pagar, é para riscar dos livros pura e simplesmente, pode levantar um problema político insolúvel.

Hoje a Grécia deve mais de 300 biliões de euros. Na zona euro somos 335 milhões de pessoas, gregos incluídos. Isto quer dizer que os gregos devem +/- 1000 euros a cada cidadão da União não grego, crianças, adultos e idosos incluídos; pobres, remediados e ricos incluídos!

Quem vai explicar a uma família média de 4 ou 5 pessoas que tem de perdoar 4 ou 5 mil euros aos gregos?

Dir-me-ão: mas isso é uma forma demagógica de pôr o problema!

Claro que é! Mas é assim que as cabeças duras vão colocar o problema e a narrativa é fácil de vender.

Depois, mesmo do ponto de vista da Grécia, será que a dívida é o maior problema?

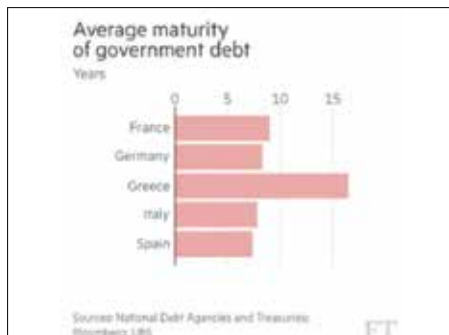
Falso, falso e falso! Não é!

Por mais que o Syriza faça da questão da dívida a base da sua legitimação política, isso não é verdade.

A dívida pública grega já tem provavelmente a melhor (mais longa) das maturidades da zona euro

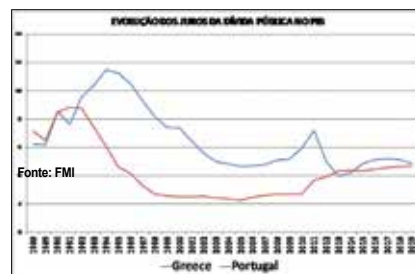
Portugal e a Irlanda não estão no gráfico mas têm maturidades médias de 11 e 12,5 anos, respectivamente.

Por outro lado, embora a dívida seja



enorme, o custo em juros deve estar na casa dos 4,3% do PIB o que implica uma taxa média de juro na casa dos 2,5%. O mesmo ratio (juros/PIB) em Itália é actualmente maior e o de Espanha apenas um pouco mais pequeno.

Se olharmos para o passado verificamos que o peso dos juros da dívida no PIB, quer na Grécia, quer em Portugal, está hoje em valores historicamente baixos.



É por isso que eu fico sempre nervoso quando os radicais portugueses da esquerda gritam o escândalo de termos hoje uma conta de juros que é maior que a conta da saúde.

Há 20/30 anos era bem pior e ninguém se queixava! O peso dos juros no PIB era tipicamente o dobro do que é hoje.

Eu não estou a dizer que ter uma dívida de 130% do PIB (como acontece em Portugal) não é um problema. Obviamente que é. O que quero dizer é que, quando essa dívida é em grande parte detida por entidades oficiais, em condições excepcionalmente benignas, num ambiente histórico nunca visto de taxas de juro muito baixas, a dívida pública não é, **está longe de ser**, o nosso maior problema.

Mas como se sai disto?

Tanto quanto consigo ver só existe uma solução: "think flows, not stocks".

De facto, se nos centrarmos nos stocks (stock de dívida, por exemplo), o problema não tem solução.

Por isso tentemos falar de fluxos - por exemplo o saldo primário do orçamento e o saldo da balança corrente.

A Grécia fez, depois de 6 anos de recessão, em 2013, o primeiro orçamento primário

José Figueiredo
Economista



equilibrado e, em 2014, se não houver surpresas, fará um excedente orçamental primário de 1,5% do PIB.

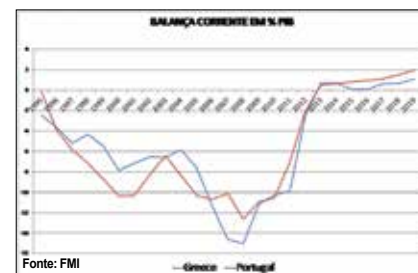


Entre 2016 e 2020 estão previstos excedentes primários de mais de 4% do PIB, os tais excedentes primários que mesmo com a ajuda do Pai Natal não fariam a dívida pública grega sustentável.

Só que Pai Natal já não existe e esses miríficos excedentes orçamentais implicariam um nível de sacrifícios intoleráveis para os gregos. Sabemos qual o foi o sofrimento para chegar a 1,5% de excedente e podemos imaginar o que significaria saltar para excedentes de 4/4,5 % do PIB numa economia que praticamente não cresce e onde o PIB nominal, graças à deflação (quase -2% na Grécia), continua a cair. Impossível, simplesmente!

Por isso penso que solução é fixar metas razoáveis nos fluxos, ou seja, excedentes primários mais ou menos onde estão e esperar melhor fortuna. Os livros e os computadores, esses, por enquanto, ainda não têm estados de alma e aguentam com tudo.

Acontece que na Grécia, como em Portugal, a balança externa vai estando equilibrada.



Senhores de um lado e do outro: por favor um pouco de sensatez, está bem?!

Aprendam com os génios. John Cleese dos Monty Python, quando geria a estalagem de "Faulty Towers", sabia muito bem, quando recebia hóspedes alemães, que o lema era: "Do Not Mention The War".

Se John Cleese fosse hoje o dono de um hotel nalguma ilha grega e recebesse clientes alemães saberia que o lema seria: "Do Not Mention The Debt".

É assim: há problemas que só existem quando se fala deles! Xiu!

Número de refugiados continua a aumentar

Cerca de 5,5 milhões de pessoas ter-se-ão tornado novos deslocados nos primeiros seis meses de 2014, em mais um aumento no número dos que são forçados a abandonar as suas casas, indica um relatório da ONU.

O estudo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), relativo ao primeiro semestre do ano passado, refere que 1,4 milhões daqueles 5,5 milhões de pessoas “fugiram através das fronteiras internacionais tornando-se refugiados”.

Em meados de 2014, o ACNUR apoiava no total 46,3 milhões de pessoas, mais 3,4 milhões do que no final de 2013.

O estudo mostra uma mudança na distribuição regional das populações refugiadas. Se até 2014 a região com a maior população de refugiados era a da Ásia e do Pacífico, devido à crise na Síria a zona com o maior número de refugiados passou a ser o Médio Oriente e o norte de África.

O relatório mostra ainda que os sírios se tornaram pela primeira vez a maior população dos ajudados pelo ACNUR, representando 23% de todos os refugiados e ultrapassando os afgãos que ocuparam aquela posição durante mais de três décadas.

Depois da Síria (3 milhões de refugiados em junho de 2014) e do Afeganistão (2,7 milhões), os principais países de origem dos refugiados são a Somália (1,1 milhões), Sudão (670.000), Sudão do Sul (509.000), República Democrática do Congo (493.000), Birmânia (480.000) e Iraque (426.000).

A lista dos países que acolhem mais refugiados é encimada pelo Paquistão (1,6 milhões de refugiados afgãos) e inclui o Líbano (1,1 milhões), Irão (982.000), Turquia (824.000), Jordânia (737.000), Etiópia (588.000), Quênia (537.000) e Chade (455.000).

“Em 2014, vimos o número de pessoas

sob os nossos cuidados crescer para níveis sem precedentes. Enquanto a comunidade internacional continuar sem encontrar soluções políticas para os conflitos existentes e sem prevenir o começo de outros, vamos continuar a ter de lidar com as dramáticas consequências humanitárias”, declarou o Alto-comissário da ONU para os Refugiados, António Guterres, citado num comunicado.

O responsável do ACNUR assinalou que são sobretudo “comunidades pobres” que têm suportado os custos do apoio aos refugiados, apelando a um reforço da solidariedade internacional para “evitar o risco de mais pessoas e mais vulneráveis ficarem sem o suporte adequado”.

“A COISA MAIS IMPORTANTE”

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a IKEA Foundation vão apresentar a iniciativa “Uma

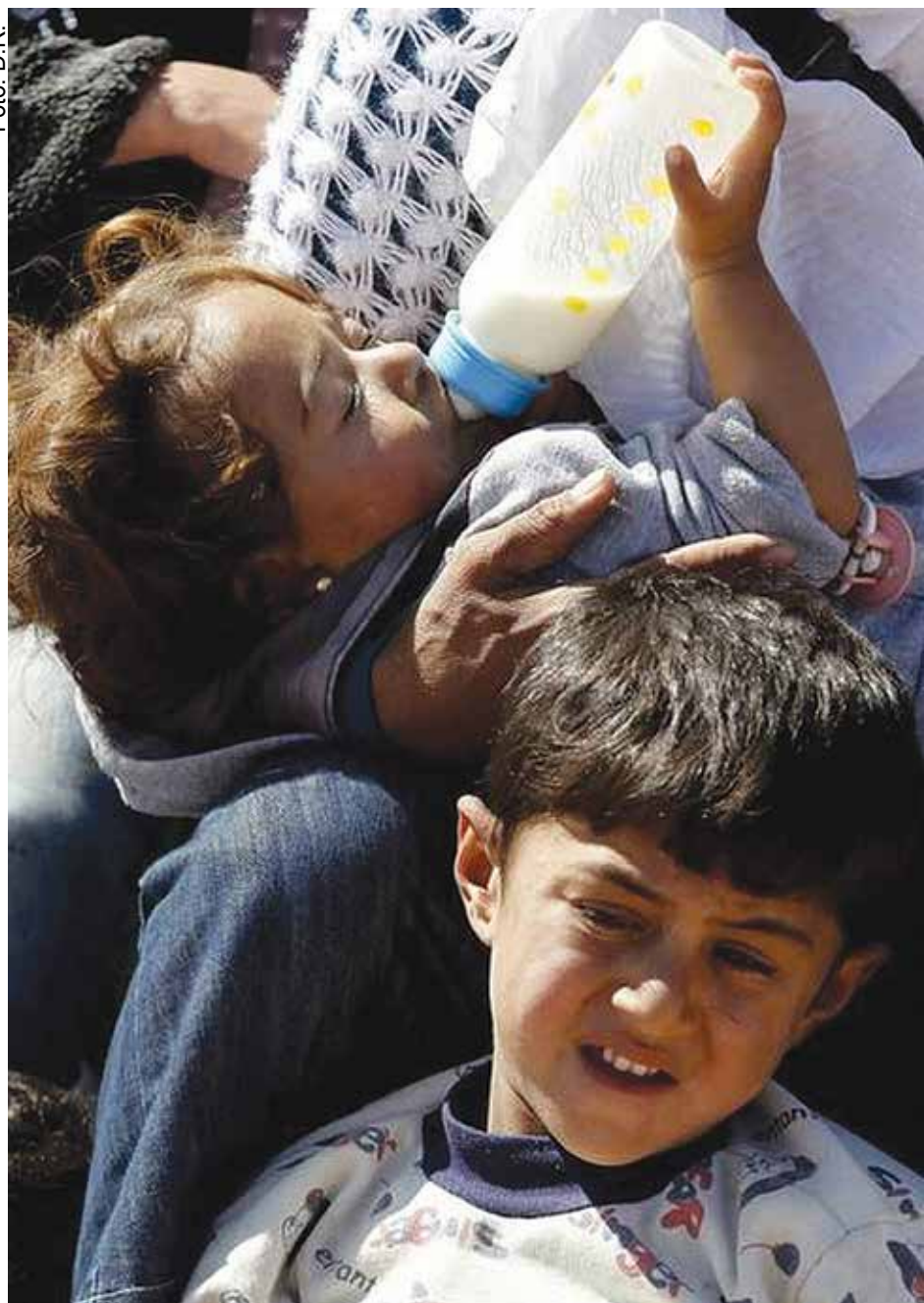
Vida Melhor para os Refugiados” e inaugurar a exposição “A coisa mais importante”, para alertar sobre a problemática dos refugiados.

Com a participação do Centro Cultural de Belém, a iniciativa “Uma Vida Melhor para os Refugiados” visa apoiar o ACNUR a providenciar melhores condições de iluminação e segurança nos campos de refugiados e, até 28 de março, por cada lâmpada LED vendida nas lojas IKEA de todo o mundo, a IKEA Foundation doa um euro para programas de apoio internacional.

Pela primeira vez em Portugal, é inaugurada a mostra fotográfica composta por 15 histórias reais de refugiados retratados no Sudão do Sul, que foram forçados a abandonar as suas casas, trazendo consigo o essencial.

Atualmente, há cerca de 11,7 milhões de refugiados em todo o mundo, sob proteção do ACNUR, metade dos quais crianças.

Foto: D.R.



Agente Especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Apartado 2011 . 4200-001 Porto
Tm: 934 091 417 . Fax: 225 401 284
info@milplus.pt
www.milplus.pt.



Miele
PROFESSIONAL